



# RELATÓRIO E CONTAS 2019

## 1. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Terminado mais um ano, repleto de desafios, reiteramos os valores que temos assumido ao longo deste mandato. Mantivemos a dedicação, compromisso e perseverança, zelando sempre pelo bom nome e funcionamento da instituição.

Gerimos o AC MicroBanco, Ltda. com foco nos três pilares de referência: excelência para fazer mais e melhor; progresso para gerar valor com estabilidade, sustentabilidade e proficiência; conformidade para estar em sintonia com valores éticos e normativos legais.

### 1.1. SÍNTESE DOS RESULTADOS

Os resultados do AC MicroBanco no ano de 2019, continuaram claramente a serem afectados por um ambiente macroeconómico desfavorável, o que afectou a liquidez global do mercado, bem como a capacidade dos clientes na aquisição de novos créditos devido ao risco de incumprimento do serviço de dívida.

Face ao declínio generalizado dos negócios e do consumo na economia, o ano de 2019 foi um ano atípico para o AC MicroBanco pois mostrou-se, sob ponto de vista económico-financeiro, um ano árduo. O AC MicroBanco registou um lucro líquido de 2,022.33 milhares de Metcais (2018: 2.166,17 milhares de metcais negativo), tendo-se verificado durante o exercício crédito em incumprimento de 217.11 milhares de metcais, que representa a 291% do rácio de crédito em incumprimento.

Não obstante o resultado positivo que se declara, é importante destacar determinadas medidas implementadas pelo AC MicroBanco com o objectivo de garantir a contensão de alguns elementos de custos operacionais, que consistiram na contínua optimização da imparidade de crédito, racionalização de custos com colaboradores. Comparativamente ao exercício de 2018, registou-se uma redução dos gastos gerais administrativos em 38%.

É de referir que a Carga de Crédito líquida aumentou em 19,94%, comparativamente com o exercício anterior, e a adopção do modelo de imparidade IFRS 9 igualmente contribuiu para o aumento das imparidades, impactando nos resultados do exercício.

### Perspectivas para 2020

Dada a provável continuidade de agravamento do contexto macroeconómico, o AC MicroBanco irá executar as suas aspirações ou pretensões de crescimento com um nível de zelo forte, para assegurar que os resultados a atingir sejam mensurados a um nível de risco aceitável pois a instituição acredita que com os modelos de serviço e de controlo adequados, o mercado ainda oferece oportunidades de crescimento em vários sectores de actividade.

Para o ano 2020, o AC MicroBanco vai melhorar as linhas estratégicas de consolidação e crescimento sustentável de negócio, assumindo o compromisso de transformar a instituição em melhor e mais eficiente Instituição de Microfinanças (IMF's), e como ferramenta de geração de emprego e renda sustentável. O nosso plano estratégico (2019-2022) assenta num programa de transformação que passa pelo aumento na disponibilidade imediata dos nossos produtos e serviços bancários, pelo aumento de eficiência operacional, pela especialização dos nossos colaboradores, e pelo reforço de capital, através de suprimentos, destinado a conferir maior solidez e robustez à instituição.

## 1.2. DECLARAÇÕES DE VISÃO, MISSÃO E VALORES

### Missão do AC MicroBanco

Prestar serviços financeiros às populações de baixa e média renda, com agilidade e competência, visando a criação de valor aos sócios e a sociedade.

### Visão do AC MicroBanco

Ser reconhecida como a melhor e mais eficiente Instituição de Microfinanças e como ferramenta de geração de emprego e renda sustentável.

### Valores do AC MicroBanco

**Transparência:** Ser transparente nas relações internas externas;

**Ética:** Ser honesto e justo nas atitudes e ações;

**Proatividade:** Vitalidade e aprendizagem contínua;

**Solidariedade:** Prática da cooperação com harmonia as relações interpessoais internas e externas;

**Inovação:** Transformar necessidades em oportunidades;

**Bravura:** Ser ousado e prudente para superar desafios e conquistar o sucesso tendo foco nas pessoas e seus resultados;

**Responsabilidade:** Utilizar critérios justos com clientes, acionistas, colegas, fornecedores e sociedade.

### Objecto Social

Concessão de empréstimos a empresas com atividades industriais, comerciais ou de serviços e a pessoas físicas, do segmento de baixa e média, que geralmente necessitam de financiamentos de curto ou médio prazo.

### Estratégia 2019-2022

A estratégia do AC MicroBanco evidencia a lógica e a sustentabilidade da decisão de investimento dos seus sócios. O cerne desta estratégia situa-se no relacionamento com o cliente que é suportada pelos seguintes pilares:(i) Segmentação clara do seu grupo alvo para oferecer produtos e serviços adequados e de qualidade as suas necessidades, (ii) Fidelização dos seus clientes com o objetivo de fazer com que estes continuem, com frequência, obtendo produtos do AC MicroBanco e resistindo às ofertas da concorrência, (iii) Comunicação direcionada ao cliente certo, para melhorar o índice de rentabilidade dos activos, (iv) investimento no capital humano para atingir os objetivos traçados, (v) criar e manter políticas e procedimentos apropriados para guiar o funcionamento bem como o seu apoio logístico (vi) alcançar a sustentabilidade através da definição do preço certo e na redução das despesas gerais, (vii) Assegurar a supervisão, controlo, e mitigação do apetite do risco de negócio.

O AC MicroBanco reconhece que o actual modelo e estrutura organizacional é mais exigente e complexa em termos de regulamentos, Governação corporativa e compliance. Apesar destes desafios, a estratégia da instituição é de manter-se impreritavelmente associado a este modelo em cumprimento das directivas dos sócios e do Governo do Banco de Moçambique.

## 1.3. ORGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

### Órgãos Sociais

Em 31 de Dezembro de 2019, a composição dos órgãos sociais do AC MicroBanco era a seguinte:

### Assembleia Geral

Cláudia Sandra Alfredo Chilaule

Alfredo Francisco Chilaule

Celso Alfredo Chilaule

### Conselho de Administração

Eng. Alfredo F. Chilaule - Director Executivo

Dra. Saquina Gulamo R. A. Samimo

Dra. Vânia Chongo (\*) Aguardando a Aprovação do Banco de Moçambique.

### Fiscal Único

Ismael Jose Manuel Nhacucue

## Modelo De Gestão

A Assembleia Geral é o órgão máximo da sociedade e as suas deliberações tomadas nos termos da lei são vinculativas para os sócios e para o Conselho de Administração.

A gestão corrente da sociedade é exercida por um Conselho de Administração composto por um mínimo de três e máximo de cinco Directores os quais poderão ser sócios ou pessoas estranhas à sociedade que reúnem a devida competência técnica. Compete ao Conselho de Administração administrar, representar a sociedade e exercer os mais amplos poderes de gestão na prossecução do objeto social, dentro dos limites da lei, dos estatutos e das deliberações da Assembleia Geral.

As fiscalizações da sociedade é exercida por um fiscal único que deverá ser um auditor externo a ser aprovado pela Assembleia Geral. O fiscal único pronuncia-se sobre relatório e contas do Conselho de Administração antes da aprovação da Assembleia Geral. As demonstrações financeiras do AC MicroBanco são auditadas por empresa de Auditoria Externa Independente e igualmente sujeitas à fiscalização e supervisão do Banco de Moçambique.

## Governança Corporativa "Compliance"

O AC MicroBanco busca permanentemente aperfeiçoar seus processos e ações, visando adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a finalidade de disponibilizar informações relevantes para seus usuários e tratamento justo aos acionistas e a todas as partes interessadas. O modelo de governança corporativa do AC MicroBanco está fundamentado nos princípios de Rigor, Transparência na Informação, Segurança das aplicações, Responsabilidade Organizacional e Pessoal pelas próprias ações, Integridade, e Respeito pelos interesses confiados.

## 1.4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

### Enquadramento Económico Internacional

Prevê-se que o crescimento global suba de 2,9% estimado em 2019 para 3,3% em 2020 e 2,4% em 2021 - uma revisão em baixa de 0,1 ponto percentual em 2019 e 2020 e de 0,2% em 2021 em comparação aos do World Economic Outlook de outubro (WEO).

A revisão em baixa reflete principalmente surpresas negativas à actividade económica em algumas economias de mercado emergentes, principalmente na Índia, o que levou a uma reavaliação das perspectivas de crescimento nos próximos dois anos. Em alguns casos, essa reavaliação também reflete o impacto do aumento da agitação social.

Para o mercado emergente e o grupo da economia em desenvolvimento, o crescimento deverá aumentar para 4,4% em 2020 e 4,6% em 2021 (0,2 ponto percentual menor nos dois anos do que na WEO de outubro), ante os 3,7% estimados em 2019.

No África Subsariana, o crescimento deverá crescer para 2020 - 2021 (de 3,3% em 2019). A projeção é 0,1 ponto percentual menor do que no WEO de outubro para 2020 e 0,2 ponto percentual mais fraco para 2021. Isso reflete as revisões descendentes da África do Sul (onde restrições estruturais e deterioração das finanças públicas estão reduzindo a confiança das empresas e o investimento privado) e para a Etiópia (onde a consolidação do sector público, necessária para conter vulnerabilidades da dívida, deve pesar no crescimento).

### Enquadramento Económico Nacional

Da informação publicada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia moçambicana registou um crescimento em cerca de 2,01%, em 2019. Este resultado foi influenciado positivamente entre outros pelos seguintes fatores: Transportes, Armazenagem e Informação e Comunicações com contribuição (5,8%); aluguer de imóveis e serviços prestados à empresas (4,1%); Serviços Financeiros (4,0%) e Electricidade, gás e água (3,9%), etc.

A desvalorização do Metcal face às principais moedas estrangeiras de transação no mercado moçambicano, principalmente o Dólar, Euro e Rand, também contribuiu para o aumento da inflação. O Metcal registou perdas nominais em relação às moedas dos principais parceiros comerciais, tendo depreciado em 1,69%, face ao Dólar norte-americano, 2,16%, face ao Euro e em 2,80%, em relação ao Rand. Em termos anuais, o Metcal depreciou 4,26% face ao Dólar dos EUA.

As projeções do Banco de Moçambique para o médio prazo continuam a indicar uma inflação baixa e estável. Este comportamento assenta na expectativa de estabilidade do Metcal no mercado cambial, num contexto de procura agregada ainda abaixo do seu potencial e de evolução favorável dos preços internacionais do petróleo. Enquanto para 2019 se esperava um abrandamento do crescimento do PIB real, para 2020, mantêm-se o optimismo de recuperação gradual suprido, sobretudo, pelos efeitos de reconstrução pós- ciclones, pagamento de atrasados de dívida dos fornecedores do Estado e implementação dos projectos de exploração de gás. Entretanto, os riscos às projeções de inflação mantêm-se altos e, após a sua ponderação, o CPMO decidiu manter a taxa MIMO em 12,75%.

Em face da sua avaliação sobre o futuro, mantêm-se a preocupação do CPMO quanto à evolução dos riscos e incertezas subjacentes às projeções de inflação, tendo decidido manter a taxa de juro do MIMO monetária taxa MIMO, em 12,75%.

O Comité decidiu, igualmente, manter as taxas de Facilidade Permanente de Depósito (FPD) e da Facilidade Permanente de Cédência (FPC), em 9,75% e 15,75%, respectivamente, bem assim os coeficientes de Reservas Obrigatórias (RO) para os passivos em moeda nacional e em moeda estrangeira em 13,00% e 36,00%, respectivamente.

Nos próximos anos estima-se que Moçambique continuará a ser o lugar privilegiado para o investimento directo estrangeiro especialmente nas áreas de recursos minerais e hidrocarbonetos. A recente descoberta de grandes reservas de hidrocarbonetos na bacia do Rovuma abre melhores perspectivas económicas do médio e longo prazo em Moçambique.

## 1.5. SÍNTESE DA ACTIVIDADE DE NEGÓCIO

Em 2019, o foco na estratégia definida pelo Conselho de Administração, assentou na proximidade e no fortalecimento das relações com os seus Clientes, apostando fortemente no incremento de relação com os mesmos.

Na concessão de crédito, o AC MicroBanco tomou estrategicamente em consideração, não só a evolvente do enquadramento económico nacional, como também a consequente necessidade de reforçar a prudência na imparidade contabilisticamente reconhecida para riscos de crédito.

O AC MicroBanco terminou o ano 2019 com a carteira de crédito de 7.202,68 milhares de metcais (2018: 6.033,53 milhares de metcais), tendo uma rede distribuição de produtos e serviços constituída por dois balcões, um em Maputo e outro no Distrito de Manhiça, esperando que ao longo dos próximos anos se estenda os serviços de crédito a outras regiões de Moçambique.

### Tecnologias e Sistemas de Informação (IT)

Em relação aos Sistemas e Tecnologias de Informação, o AC MicroBanco continuou a investir de forma sustentada em tecnologias e sistemas mais avançados de suporte ao negócio tendo simultaneamente mantido a aposta na implementação de uma estrutura organizacional funcional, adequada à necessidade de dar resposta à crescente exigência dos Clientes por mais e melhores serviços, adequando sempre que possível os níveis da sua segurança.

Do ponto de vista das infraestruturas tecnológicas houve um forte investimento na capacidade de processamento, armazenamento e comunicações com vista a acompanhar o aumento de volume de negócios actual e futuro.

### 1.6. GESTÃO DO CAPITAL

O capital do AC MicroBanco manteve-se inalterado em 2019. A gestão de capital no AC MicroBanco é definida como o processo contínuo para: (i) monitorizar e controlar o capital mantido pela instituição, (ii) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e (iii) planificar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Atendendo ao actual modelo de negócio estabelecido pelo AC MicroBanco, cujos objetivos foram definidos para os próximos três exercícios, o Conselho de Administração entende que o AC MicroBanco está em condições de poder fazer face ao perfil de risco considerado no MicroBanco. Contudo, eventuais aumentos de capital poderão ser efectuados pelos Sócios em caso de insuficiência regulamentar.

### 1.7. ANÁLISE FINANCEIRA

#### Evolução de Resultado Líquido e das Rendibilidades (ROE ROA)

No exercício de 2019, o resultado líquido do AC MicroBanco ascendeu em 2,022.33 milhares de metcais (2018: -2.166,17 milhares de metcais), tendo se reduzido o prejuízo em 193,36%, comparativamente com o exercício anterior.

Em 2019, a rendibilidade dos capitais próprios médios do AC MicroBanco (ROE) situou-se em 35,93% (2018: 23,77%) e a rendibilidade dos activos médios (ROA) em 16,94% (2018: -24,29%).

#### Rácio de Solvabilidade

Os fundos próprios do AC MicroBanco, calculados de acordo com as normas em vigor do Banco de Moçambique (Aviso nº 08/GBM/2017, de 03 de Abril de 2017) ascendeu em 5.711,35 milhares de metcais.

O rácio de solvabilidade situou-se em 63,31%, no final de exercício 2019, garantindo desta forma o pleno cumprimento dos rácios de capital requeridos pelo Banco de Moçambique (Aviso nº 09/GBM/2017, de 03 de Abril), onde o rácio de solvabilidade para o ano 2019 deverá situar-se no valor igual ou superior a 11%.

#### Activo Líquido

O activo líquido cifrou-se em 11,935,98 milhares de metcais (2018: 8,916,63 milhares de metcais) assistindo-se assim, um aumento em 33,86% em relação ao ano anterior.

Este aumento do activo deveu-se, em grande parte, ao contributo da carteira "crédito a clientes". A carteira de crédito sobre clientes, líquida de imparidade, aumentou para 6,780,16 milhares de metcais (2018: 5,653,08 milhares de metcais), registando um aumento em 19,94%. O crédito concedido em 2019 está coberto por garantias reais cativos no AC MicroBanco.

#### Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Em Dezembro de 2019, a rubrica de recursos de clientes e outros empréstimos ascendeu a 1,494,16 milhares de metcais (2018: 1.651,85 milhares de metcais), referente a adiantamentos a clientes e suprimentos dos sócios para efeitos de liquidez imediata.

#### Produto Bancário

O produto da actividade bancária no exercício de 2019 ascendeu a 7,337,37 milhares de metcais (2018: 4,685,67 milhares de metcais), evidenciando um aumento em 57% face ao exercício anterior. O aumento assinalável do produto bancário em relação ao exercício 2018 é resultado da melhor prestação de serviço de crédito, evidenciado na estratégia adoptada pelo AC MicroBanco.

## 1.8. EVENTOS APÓS O PERÍODO DE RELATO

O Conselho de Administração não tem conhecimento de nenhum evento relevante ocorrido após a data de relato e até à data do presente relatório.

## 1.9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2019

Considerando que, no exercício de 2019, o AC MicroBanco registou um resultado líquido positivo, apurado em base individual, de 2,022.33 milhares de metcais, nos termos das disposições estatutárias e da legislação moçambicana em vigor, propõe-se para aprovação da Assembleia Geral: **Que o resultado líquido apurado em base individual, acima referido, seja transferido para Resultados Transitados.**

## 1.10. PRINCÍPIO DE CONTINUIDADE


O AC MicroBanco apresenta prejuízos acumulados no montante de 6,265,62 milhares de metcais, tendo resultado que em 31 de Dezembro de 2019 o capital próprio seja 56% do seu capital social.


O AC MicroBanco tem o capital próprio que ascende a 7,982.35 milhares de metcais, valor superior ao capital social mínimo de 5,000.00 milhares de metcais fixado pelo Banco de Moçambique. Outrossim, o rácio de solvabilidade do AC MicroBanco ascende a 63,31%, rácio superior ao mínimo de 11%, fixado pela entidade reguladora.

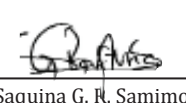
As demonstrações financeiras foram preparadas segundo o pressuposto da continuidade, tendo o Conselho de Administração, a Assembleia Geral do AC MicroBanco aprovado um plano de negócios 2019 - 2022, que garante fluxos de caixa positivos. Os Sócios do AC MicroBanco expressam total apoio a instituição e ao seu plano de negócios e indicam que caso venha a ser necessário uma injeção de capital esta será realizada pelos Sócios.

## 1.11. AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial para os nossos clientes pela confiança que depositam no AC MicroBanco. Às entidades governamentais e reguladoras, o nosso reconhecimento pelo contributo para a visão e missão do AC MicroBanco pois sem estes não se teria alcançado as realizações obtidas. Aos nossos colaboradores vai um especial agradecimento pela sua dedicação, zelo e competência na contínua interpretação fiel do sonho dos nossos clientes.

  
Alfredo F. Chilaule  
(Director Executivo)

  
Vânia da Conceição Chongo  
(Directora)

  
Saquina G. R. Samimo  
(Directora)

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

### Senhores Sócios;

1. Nos termos da legislação em vigor e em conformidade com os estatutos da AC MicroBanco, doravante ACMB, apresento-se o relatório e parecer do Fiscal Único relativo as demonstrações financeiras e ao relatório do Conselho de Administração, com referência à 31 de Dezembro de 2019, apresentados pelo Conselho de Administração.

2. No âmbito das nossas funções, examinamos as demonstrações financeiras reportadas à 31 de Dezembro de 2019, as quais compreendem os Mapas da Posição Financeira, da Demonstração dos Resultados e do Resultado Integral, da Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao período findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas da ACMB.

3. Procedei-se à análise do relatório do Conselho de Administração do exercício findo à 31 de Dezembro de 2019, preparado pelo Conselho de Administração e da proposta da aplicação de resultados nela incluída.

4. Não obstante a crise derivada das dívidas ocultas, constatamos que no presente exercício à ACMB apresenta resultados positivos. Notamos que os mesmos melhoraram significativamente comparados com o período anterior fruto do esforço anegado do Conselho de Administração.

5. Avaliei-se a evolução das actividades da ACMB, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis. Obteve-se do Conselho de Administração as informações e os esclarecimentos solicitados, necessários à emissão deste parecer, e concluiu-se que não se verificaram situações ou quaisquer actos que violassem os Estatutos.

6. Concorde-se com o conteúdo do Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Ernest & Young, que emitiu uma opinião sem reservas, o qual da-se como integralmente reproduzido neste relatório.

7. Chama-se atenção à algumas situações, que julga-se necessárias, nomeadamente:

- A pandemia do COVID-19, poderá requer da administração da ACMB esforços de mitigar o seu impacto nas demonstrações financeiras, sobponto de vista do seu desempenho operacional bem como na avaliação de pontuais perdas por imparidade, acontecimentos após período de relato e continuidade das operações.
- Assim, para 2020, recomendamos ao Conselho de Administração a criar mecanismos de consolidação de crescimento sustentável do negócio, tendo a atenção esta pandemia e as melhores técnicas de gestão e compliance internacionalmente aceites.

8. A ACMB implementou a partir de 01 de Janeiro de 2019, a IFRS 16 - Locações, incluindo activos sobre direito de uso, nomeadamente as rendas dos escritórios da ACMB. Apreciamos adopção da presente norma e constatamos que a mesma não tem impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Encorajamos ao Conselho de Administração para continuar a avaliar as suas locações e classifica-las como locações no âmbito desta norma sempre que os factores para o seu reconhecimento estejam presentes.

9. A AC MicroBanco apresenta prejuízos acumulados no montante de 6,265,62 milhares de metcais (2018: 8,287,95 milhares de metcais), incluindo o lucro líquido do exercício no montante de 2,022,33 milhares de metcais (2018: prejuízo de 2,166,17 milhares de metcais).

10. O capital próprio do AC MicroBanco em 31 de Dezembro de 2019 no montante de 7,982,350 Metcais (56%) do capital social (2018: inferior a 50%) demonstra a melhoria deste indicador de desempenho face ao ano anterior. Os Sócios, continuam a implementar medidas com vista a melhorar cada vez mais a rentabilidade da instituição. Não obstante, o capital social do AC MicroBanco, no montante de 14,247,970 Metcais, apresenta-se superior ao capital social mínimo de 5.000.000 metcais fixado pelo Banco de Moçambique, e o seu rácio de solvabilidade ascende a 63,31%, significativamente superior ao mínimo exigível pelo regulador de 11%. Atendendo ao actual modelo de negócio estabelecido pelo AC MicroBanco, cujos objectivos foram definidos para os próximos três exercícios, o Conselho de Administração entende que o ACMB está em condições de poder fazer face ao perfil de risco considerado no MicroBanco.

8. Face ao exposto nos parágrafos acima, propõe-se a Assembleia geral da AC MicroBanco o seguinte:

- Aprovar o Relatório do Conselho de Administração;
- Aprovar as Demonstrações Financeiras;
- Aprovar a proposta de aplicação dos resultados;
- Aprovar um voto de confiança, reconhecimento ao Conselho de Administração e aos colaboradores pelo dedicado desempenho no exercício de 2019.

Maputo, aos 20 de Abril de 2020

O Fiscal Único

D. Ismael José Manuel Nhacucué



## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE



Ernst & Young Limiteda  
Rua Beltrino Obdias Munganga, N.º 179  
Chimo Paulo, 366,  
Maputo  
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000  
Fax: +258 21 32 1084  
Email: email.ernstyoung@mo.ey.com  
NÚT-000 006 245  
www.ey.com

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ào Conselho de Administração do

**AC MICROBANCO, LDA**

**Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras**

**Opinião**

Auditeámos as demonstrações financeiras do AC MicroBanco, Ltda. (o AC MicroBanco), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2019 e a demonstração do resultado integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do AC MicroBanco em 31 de Dezembro de 2019, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

**Bases para a Opinião**

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório.

Somos independentes do AC MicroBanco de acordo com os requisitos do *Código de Ética do IESBA (International Ethics Standards Board for Accountants)* e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos e no código do IESBA. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Ernst & Young Limiteda  
Rua Beltrino Obdias Munganga, N.º 179  
Chimo Paulo, 366,  
Maputo  
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000  
Fax: +258 21 32 1084  
Email: email.ernstyoung@mo.ey.com  
NÚT-000 006 245  
www.ey.com

### Ênfase sobre a Covid-19

Os recentes desenvolvimentos resultantes da pandemia Covid-19 (Coronavírus) têm um impacto significativo na saúde das pessoas e na sociedade como um todo, aumentando a incerteza sobre o desempenho operacional e financeiro das organizações. Na Nota 26 das Notas explicativas às Demonstrações Financeiras, são divulgados os desenvolvimentos resultantes da pandemia identificados pelo Conselho de Administração para o AC MicroBanco, com base na informação disponível à data. O órgão de gestão entende que os impactos decorrentes desta situação são incertos, não sendo possível estimar o seu efeito financeiro, designadamente no que se refere ao justo valor dos activos financeiros e não financeiros, à mensuração das perdas esperadas na carteira de crédito e aos requisitos de capital. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

### Outra Informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.


No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exigisse que relatamos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que ela determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o AC MicroBanco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do AC MicroBanco.



Ernst & Young  
Building a better working world

**Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras**

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do AC MicroBanco.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.



Ernst & Young  
Building a better working world

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é Eduardo Caldas.

**ERNST & YOUNG, LDA.**

Sociedade de Auditores Certificados

Representada por:

  
Eduardo Jorge Creio da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33)

Maputo, 17 de Abril de 2020

## DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E OUTROS RESULTADOS INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Notas	2019	2018
Juros e rendimentos similares	3	6,803,841	4,511,314
Juros e gastos similares	3	(194,840)	-
<b>Margem financeira</b>		<b>6,609,001</b>	<b>4,511,314</b>
Rendimentos de serviços e comissões	4	533,909	174,374
Encargos com serviços e comissões	4	(17,274)	21,450
<b>Serviços e comissões líquidas</b>		<b>516,636</b>	<b>152,925</b>
Operações financeiras líquidas	5	(4,891)	-
<b>Rendimentos operacionais</b>		<b>7,120,745</b>	<b>4,664,236</b>
Imparidade líquida do exercício	11	(121,520)	(440,559)
<b>Rendimentos operacionais líquidos</b>		<b>6,999,226</b>	<b>4,223,677</b>
Gastos com pessoal	6	(1,091,224)	(1,135,678)
Depreciações e amortizações e direito de uso	13.14	(1,513,167)	(1,022,195)
Outros gastos operacionais	7	(2,609,284)	(4,231,980)
Outros rendimentos operacionais		236,782	-
<b>Rendimento integral antes do imposto</b>		<b>2,022,333</b>	<b>(2,166,175)</b>
Imposto corrente	8	-	-
Imposto diferido	8	-	-
<b>Rendimento integral do exercício</b>		<b>2,022,333</b>	<b>(2,166,175)</b>





# RELATÓRIO E CONTAS 2019

Fluxos de caixa operacional de juros e dividendos	2019	2018
Juros recebidos	6,803,841	4,511,314
Juros pagos	-	-
Dividendos recebidos	-	-
	6,803,841	4,511,314

Caixa e equivalentes de caixa apresenta-se como segue:

	2019	2018
Caixa e disponibilidades em Banco Central	9	1,144
Disponibilidades sobre instituições de crédito	10	2,866,537
	2,867,680	1,416,843

## Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019

### 1. Introdução

O AC MicroBanco Limitada (doravante designado por AC MicroBanco) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada. Com sede na cidade de Maputo, Avenida 25 de Setembro, nº 270, Moçambique.

A entidade é uma instituição de Microfinanças que presta serviços de concessão de crédito de curto, médio ou longo prazo, a pequenas e médias empresas ou pessoas singulares.

### 2. Políticas contabilísticas

#### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anuais da AC MicroBanco referem-se à atividade individual do MicroBanco a 31 de Dezembro de 2019, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIC/NIRF) e com base no custo histórico, excepto quando expressamente indicado em contrário nas políticas contabilísticas. A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIC/NIRF requer a utilização de estimativas fundamentais. Além disso, exige também que o Conselho Administração intervenha criticamente no que diz respeito à aplicação das políticas contabilísticas do AC MicroBanco, nomeadamente nas notas às Demonstrações Financeiras que envolvam um maior grau de complexidade, ou, em áreas onde os pressupostos e estimativas tenham um impacto significativo para o AC MicroBanco.

As demonstrações financeiras da AC MicroBanco foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 23 de Março 2020 e serão submetidas à aprovação pelos Sócios em Assembleia-Geral dos Sócios.

#### 2.2. Apresentação das demonstrações financeiras

O AC MicroBanco apresenta a sua demonstração da posição financeira em ordem de liquidez, com base na intenção e capacidade de recuperar/liquidar os ativos/passivos. Uma análise sobre a recuperação ou liquidação dentro de 12 meses e mais de 12 meses após a data do relatório (não circulante) a ser apresentada na nota 26.

Os valores contabilísticos representam saldos efectuados, mas ainda não liquidados que são compensados e reportados liquidados quando, além de ter um direito legal e obrigatório de compensar os valores são reconhecidos sem depender de um evento futuro com base nas seguintes circunstâncias:

- Curso normal dos negócios
- O evento de inadimplência
- O evento de insolvência ou falência do AC MicroBanco e /ou de suas contrapartes

#### 2.3 Estimativas e julgamentos significativos

Na aplicação das políticas contabilísticas do AC MicroBanco, o Conselho de Administração usou os seus julgamentos e estimativas na determinação dos montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. As mais significativas dizem respeito a:

#### Princípio da continuidade

O AC MicroBanco apresenta um resultado líquido do exercício no montante de 2.022.333 Meticals, contudo, continua a apresentar prejuízos acumulados no montante de 6.265.620 Meticals (2018: 8.287.953 Meticals). O capital próprio do AC MicroBanco em 31 de Dezembro de 2019, no montante de 7.982.350 Meticals, que representa 56% do capital social (2018: inferior a 50%) demonstra a melhoria deste indicador de desempenho face ao ano anterior. Os Sócios, continuam a implementar medidas com vista a melhor cada vez mais a rentabilidade da instituição.

Não obstante, o capital social do AC MicroBanco, no montante de 14.247.970 Meticals, apresenta-se superior ao capital social mínimo de 5.000.000 meticals fixado pelo Banco de Moçambique, e o seu rácio de solvabilidade ascende a 63,31%, significativamente superior ao mínimo exigível pelo regulador de 11%. Atendendo ao actual modelo de negócio estabelecido pelo AC MicroBanco, cujos objetivos foram definidos para os próximos três exercícios, o Conselho de Administração entende que o AC MicroBanco está em condições de poder fazer face ao perigo de risco financeiro no MicroBanco.

Com base no exposto, a gestão do AC MicroBanco fez uma avaliação da capacidade de continuar a operar e está satisfeita por ter recursos para continuar os negócios no futuro. Além disso a gestão não tem conhecimento de quaisquer incertezas relevantes que possam colocar em dúvida a capacidade do AC MicroBanco de continuar a operar. Portanto as demonstrações financeiras, continuam a ser preparadas de acordo com o princípio de continuidade.

#### Perdas por imparidade de crédito

Os pressupostos e metodologia utilizada no cálculo das perdas por imparidade de crédito, encontram-se descritas na alínea e) Imparidade de activos financeiros, conforme prescrito na IFRS 9.

#### 2.4. Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, têm sido aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios e encontram-se descritas como segue:

#### a) Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticals, sendo a moeda funcional do AC MicroBanco e moeda de apresentação. Transacções em moeda estrangeira são reconhecidas com a taxa de câmbio à data de transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos à taxa de câmbio média à data de balanço, as diferenças de câmbio não realizadas são reconhecidas em resultados no período a que respeitam. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertíveis à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão de saldos denominados em moeda estrangeira são as seguintes:

	2019	2018
Dolar Americano	60,86	61,47
Euro	68,22	70,25
Rand Sul Africano	4,33	4,28

#### b) Instrumentos Financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

##### i) Data do reconhecimento

Aquisições e alienações de activos financeiros que exijam a entrega dos bens dentro do prazo estabelecido geralmente por regulação ou convenção no mercado, são reconhecidas na data de transacção, ou seja, a data em que o AC MicroBanco se compromete a adquirir ou alienar o activo. Os instrumentos financeiros são reconhecidos quando o AC MicroBanco torna-se parte integrante das disposições contratuais do instrumento financeiro.

##### ii) Reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros

A classificação do instrumento financeiro no reconhecimento inicial depende do propósito para o qual o AC MicroBanco o adquiriu. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

##### iii) Ganhos ou perdas do primeiro dia

Quando o preço da transacção diferir do justo valor de uma transacção observada no mercado para o mesmo instrumento financeiro, ou baseada em técnicas de avaliação cujas variáveis incluem apenas o preço de transacção observada no mercado, o AC MicroBanco reconhece imediatamente a diferença entre o preço de transacção e o justo valor (num rendimento ou ganho do primeiro dia) na demonstração dos resultados. Nos casos em que o justo valor é determinado com base em informação não observada no mercado, a diferença entre o preço de transacção e o modelo de valorização é apenas reconhecida na demonstração de resultados quando os "inputs" se tornem observáveis, ou quando o instrumento é desreconhecido.

##### iv) Aplicações em instituições de crédito e empréstimos concedidos e adiantamentos

São activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo e são reconhecidos ao custo amortizado, através dos seguintes critérios:

- Os activos financeiros são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de obter futuros fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do activo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros (SPPI) sobre o capital em dívida.

##### v) Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial os depósitos e outros recursos financeiros de clientes e instituições de crédito são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

#### c) Anulação do reconhecimento de activos e passivos financeiros

##### i) Desreconhecimento por modificação substancial de prazos e contratos

O AC MicroBanco desreconhece um activo financeiro, tal como um empréstimo e adiantamento a um cliente, quando os termos e condições forem renegotiados na medida em que, substancialmente, se torne um novo empréstimo, cuja a diferença é reconhecida como um ganho ou perda do período, na medida em que uma perda por redução ao valor recuperável ainda não foi registada. Os novos empréstimos reconhecidos são classificados no Stage 1 para efeitos de determinação da ECL, a menos que o novo empréstimo seja considerado POCI (Purchased or originated credit impaired)

A anulação do reconhecimento dos activos financeiros é efectuada quando:

- Mudança da moeda do empréstimo
- Introdução de um instrumento de capital
- Alteração na contraparte
- Se as alterações contractuais levarem a que o instrumento deixe de atender ao critério de SPPI

##### ii) Desreconhecimento que não seja para modificação substancial do activo financeiro

Um activo financeiro é desreconhecido quando os direitos de receber fluxos de caixa dos activos financeiros tiverem expirado. O AC MicroBanco também desreconhece os activos financeiros se ambos tiverem transferido o activo financeiro e as transferências se qualificarem para o desreconhecimento.

O AC MicroBanco transfere o activo financeiro se:

- Transferir os seus direitos contratuais de receber fluxos de caixa do activo financeiro, ou
- O AC MicroBanco retém os direitos sobre os fluxos de caixa futuros, mas assumeu uma obrigação de pagar, incluindo o fluxo de caixa recebido, sem atrasos materiais, a terceiros sob um acordo entre as mesmas.

#### d) Justo valor de instrumentos financeiros

Quando o justo valor dos activos e passivos financeiros reconhecidos no balanço não pode ser determinado com base na cotação num mercado activo, a determinação é feita através da utilização de técnicas de avaliação que incluem a utilização de modelos matemáticos. Os inputs utilizados nos referidos modelos são baseados em informações disponíveis no mercado, contudo, sempre que tal não é praticável são efectuados julgamentos na determinação dos justos valores dos instrumentos financeiros.

O AC MicroBanco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de justo valor que reflecte a importância dos inputs utilizados na mensuração:

- Nível 1: Valores cotados (não ajustáveis) em mercados activos, para os activos e passivos identificados.
- Nível 2: Outras técnicas de avaliação para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.
- Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.

Para os activos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo justo valor mais bem recorrente, o AC MicroBanco determina se as transferências ocorreram entre os níveis na hierarquia, reavaliando a categorização (com base no menor nível de entrada que é significativo para a mensuração do justo valor) no final de cada período de relato.

#### e) Imparidade de activos financeiros

A IFRS 9 introduz um modelo de perda de crédito esperada para mensuração da imparidade de activos financeiros. Assim, desta de ser necessário a ocorrência de um evento de risco de perda para o reconhecimento de imparidade de crédito. A IFRS 9 introduz um modelo de imparidade revisto, o qual estabelece requisitos para as entidades reconhecerem as perdas de crédito esperadas (ECL) com base na informação futura, substituindo o modelo actual das perdas incorridas somente quando haja uma evidência objectiva de que uma perda foi já incorrida.

As perdas de crédito devem ser mensuradas com base no valor actual da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa que a instituição espera receber. Quanto aos activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito.

Os requisitos para o cálculo da imparidade de activos financeiros baseiam-se nas perdas esperadas a 12 meses (*Stage 1*) e Lifetime (*Stages 2 e 3*). Os activos financeiros sujeitos a imparidade, estes devem ser classificados em diferentes stages, de acordo com a evolução do risco de crédito:

*Stage 1: Performing* – Os activos financeiros de risco de crédito baixo ou para os quais não tenha ocorrido um aumento significativo

no seu risco de crédito desde a data do seu reconhecimento. O valor das perdas esperadas resulta de eventos de "default" que venham a ocorrer nos 12 meses seguintes.

*Stage 2: Under-performing* – Os activos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do seu risco de crédito após a data do seu reconhecimento inicial, via alteração da probabilidade de incumprimento estimado. O valor das perdas esperadas resulta de todos os eventos de default que venham a ocorrer ao longo da vida esperada do activo financeiro. O juro destes activos continuará a ser calculado sobre o seu montante bruto.

*Stage 3: Non-performing* – Os activos financeiros com evidência objectiva de imparidade (default) na data de reporte, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem em perda. Será então reconhecida em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito durante a vida residual expectável dos activos aqui classificados. Para estes activos, o juro é calculado sobre o seu valor líquido de balanço.

#### Informação "Forward-looking"

Para determinação da ECL, o AC MicroBanco conta com informação prospectiva económica, tal como:

- Inflação dos últimos cinco anos bem como a projecção para o ano seguinte

#### f) Reconhecimento de réditto e gastos

O AC MicroBanco reconhece o réditto de modo a reflectir a transferência do controlo sobre os produtos e serviços contratuais pelos clientes, no montante que reflecta a contrapartida que a entidade espera ter direito a receber pela prestação desses serviços, com base no modelo com 5 fases introduzido pela IFRS 15, respectivamente: (i) identificação de um contrato com um cliente; (ii) identificação das obrigações de performance; (iii) determinação de um preço de transacção; (iv) alocação do preço de transacção a obrigações de performance; e (v) reconhecimento do réditto quando o cliente que a entidade satisfaz uma obrigação de performance.

O reconhecimento de réditto obedece os seguintes critérios por rubrica:

##### i) Juros, rendimentos e gastos similares

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e gastos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva.

A taxa de juro efectiva é a taxa que corresponde à taxa que desconta, no momento do reconhecimento inicial, os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro, ou, quando apropriado, por um período mais curto, para a quantia líquida escriturada do activo ou passivo financeiro. Para a determinação da taxa de juro efectiva, procede-se à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do investimento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), incluindo as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção.

##### ii) Rendimentos provenientes de serviços e comissões

O AC MicroBanco obtém rendimentos de serviços e comissões prestados aos seus clientes. São obtidos à medida que os serviços vão sendo prestados e o seu reconhecimento em resultados é efectuado em função do período que os serviços são prestados. Estas comissões incluem valores cobrados nas prestações de serviços tais como a concessão de crédito.

##### ii) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme apresentados na demonstração de fluxos de caixa, englobam os valores em caixa, contas correntes com outras instituições de crédito e investimentos altamente líquidos, com maturidades até três meses, mensurados ao custo amortizado.

##### ii) Activos tangíveis

Os activos tangíveis, são mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, e perdas por imparidade.

Os custos de reparação de parte de um activo tangível são reconhecidos se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o AC MicroBanco e possam ser mensurados com fiabilidade. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas utilizando o método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens, assim como do seu valor residual. Os valores residuais dos activos, assim como as vidas úteis dos activos e os critérios de amortização são ajustados, se necessário, à data de encerramento do balanço. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Anos	
Terrenos e edifícios	50
Equipamento	7
Mobiliário e equipamento administrativo	10
Viaturas	4

A anulação do reconhecimento do activo tangível é efectuada quando o mesmo é alienado, ou quando não se esperam benefícios económicos da sua utilização ou alienação. O ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento é incluído em "outros rendimentos operacionais" ou "outros gastos operacionais" na demonstração de resultados no período em que o activo é desreconhecido.

Se a quantia registada de um activo é aumentada em resultado de uma revalorização, o aumento é reconhecido no capital próprio numa componente designada excedente de revalorização. O aumento será reconhecido nos resultados, até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo, anteriormente reconhecido nos resultados.

Se a quantia registada de um activo é reduzida em resultado de uma revalorização, a redução é reconhecida nos resultados. Contudo, a redução será reconhecida directamente no capital próprio como excedente de revalorização, até ao limite de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização, com respeito a esse activo.

##### k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem os valores de software. O software adquirido pelo AC MicroBanco é registado ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada e menos eventuais perdas por imparidade. As despesas com software desenvolvido internamente são reconhecidas como activo quando o AC MicroBanco consegue demonstrar a sua capacidade e intenção de gerar benefícios económicos futuros, e pode fiavelmente mensurar os custos para completar o desenvolvimento. A capitalização dos custos de software desenvolvido internamente inclui todos os custos directamente imputáveis ao desenvolvimento do software, e são amortizados durante a sua vida útil. O software desenvolvido internamente é mensurado pelo custo capitalizado menos amortizações acumuladas e menos perdas por imparidade. A amortização é reconhecida na demonstração de resultados segundo o método de quotas constantes ao longo da vida útil estimada do software, a partir da data em que o mesmo esteja disponível para uso. A vida útil estimada do software é de 3 anos.

##### l) Imparidade de activos não financeiros

O AC MicroBanco avalia no final de cada data de relato ou com maior frequência se eventos ocorreram e alterem o valor contabilístico de um activo, se existe indicação de imparidade por parte de um activo não-financeiro. Se tais indicações existem, ou quando o teste anual da imparidade para um activo é exigido, o AC MicroBanco estimativa o valor recuperável do activo. Se a quantia escriturada de um activo (ou unidade geradora de caixa) exceder a sua quantia recuperável, o activo encontra-se em imparidade e é registado em balanço pelo valor recuperável.

Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente utilizando uma taxa de juro descontada antes de impostos, que reflicta as avaliações actuais de mercado, tendo em conta o valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo. Na determinação do justo valor menos custos de alienação, transacções recentes de mercado são consideradas. Se tais transacções não puderem ser identificadas, um modelo de avaliação apropriado será usado.

A cada data de balanço, é reavaliada a existência de qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, é estimada a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

A reversão da imparidade está limitada ao valor da quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

##### m) Impostos

###### i) Impostos correntes

Os impostos sobre activos ou passivos no corrente ano e anos anteriores é estimada com base nos valores esperados a recuperar ou pagar às autoridades fiscais. As taxas legais de impostos usadas para calcular o montante são aquelas em vigor à data do balanço

###### ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias à data do balanço entre a base fiscal dos activos e passivos e a sua correspondente base contabilística. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto, quando aplicável:

- Quando o imposto diferido passivo resulta do reconhecimento inicial do goodwill ou de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração de actividades empresariais e, no momento da transacção, não afecta nem o lucro contabilístico nem lucro tributável por período;
- No que diz respeito a diferenças temporárias tributáveis associadas aos investimentos em filiais e associadas, são reconhecidos passivos por impostos diferidos quando a empresa-mãe, investidor ou empreendedor, seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária, e que se seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

A quantia escriturada do activo por impostos diferidos é revista à data de encerramento de cada exercício e reduzida na medida em que já não é provável que os lucros tributáveis suficientes estejam disponíveis para permitir que todo, ou parte do imposto diferido activo possa ser utilizado. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados à data de cada balanço e são reconhecidos na medida em que se torne provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por imposto diferido possa ser recuperável.

Os activos e passivos por impostos diferidos são mensurados pelas taxas fiscais que se espera que sejam aplicáveis no período quando seja realizado o activo ou seja liquidado o passivo, com base nas taxas fiscais (e leis fiscais) que tenham sido decretadas ou substancialmente decretadas à data de balanço. Os impostos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos directamente em capital próprio são reconhecidos em capital próprio e não na demonstração dos resultados.

Os activos ou passivos por impostos diferidos são compensados caso exista um direito com força legal para compensar os activos correntes por impostos correntes relacionados com a mesma autoridade fiscal.

##### n) Locações

O AC MicroBanco avalia no início do contrato se um contrato é ou contém uma locação. Ou seja, se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um activo identificado por um período de tempo em troca de consideração.

#### AC MicroBanco como locatário

O AC MicroBanco aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração para todas as contratos de locação, excepto para arrendamentos de curto prazo de locação de activos e de locação de activos de baixo valor. O MicroBanco reconhece passivos de locação financeira para efectuar pagamentos de locação e activos de direito de uso que representam o direito de usar os activos subjacentes.

#### Activos de direito de uso

O AC MicroBanco reconhece activos de direito de uso na data de início do contrato (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os activos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados para qualquer mensuração dos passivos de locação financeira. O custo dos activos de direito de uso inclui a quantia de passivos de locação financeira reconhecidos, custos directos iniciais incorridos e pagamentos de locação efectuados na data ou antes da data de início, menos quaisquer incentivos de locação recebidos. Os activos de direito de uso são depreciados pelo método linear pelo prazo do contrato.

Os activos de direito de uso estão apresentados na Nota 13 Activos tangíveis e direito de uso e estão sujeitos a perdas por imparidade de acordo com a política do MicroBanco, conforme descrito na Nota 2.4.1) Imparidade de activos não financeiros.

#### Passivos de locação financeira

Na data de início do contrato de locação, o MicroBanco reconhece passivos de locação financeira mensurados pelo valor presente dos pagamentos de locação a serem efectuados pelo prazo do contrato. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (menos quaisquer incentivos a receber a receber), pagamentos variáveis da locação que dependem de um índice ou taxa e valores esperados a serem pagos com garantias de valor residual. Os pagamentos de locação financeira também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa a ser exercida pelo MicroBanco e pagamentos de multas pela rescisão do contrato de arrendamento, se o prazo do contrato reflectir o exercício da opção de rescisão. Pagamentos de arrendamento variável que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que ocorre o evento ou condição que aciona o pagamento.

#### Banco como locador

Locações nos quais o MicroBanco não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são classificados como locações operacionais. A receita de arrendamento é contabilizada pelo método linear de acordo com os prazos do contrato de arrendamento e é incluída na receita na demonstração dos resultados financeiros de acordo com a sua natureza. Custos directos iniciais incorridos na negociação e organização de um contrato de arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do activo arrendado e reconhecidos pelo prazo do arrendamento na mesma base que a receita do aluguel. Os alugueres contingentes são reconhecidos como receita no período em que são auferidos.

#### o) Dividendos sobre quotas ordinárias

Os dividendos sobre quotas são reconhecidas como passivo e deduzidas ao capital próprio quando são aprovadas pelos Sócios do AC MicroBanco. Os dividendos intercalares são deduzidos ao capital próprio quando declarados quando não estão mais à disposição do AC MicroBanco.

Dividendos para o fim do exercício que são aprovados após a data de balanço são divulgados como um evento subsequente.

#### p) Normas emitidas mas não efectivas

As normas e interpretações que foram emitidas, mas ainda não efectivas, à data de emissão das demonstrações financeiras do AC MicroBanco são descritas abaixo. O AC MicroBanco pretende adoptar as referidas normas, caso aplicáveis, quando as mesmas se tornem efectivas.

#### Emendas à IAS 1 e IAS 8: Definição de Material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu emendas à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e à IAS 8 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros para melhorar a definição de "material" entre as políticas e para esclarecer certos aspectos da definição. A nova definição diz que "as informações são materiais se for omitido, distorcido ou obscurecido informação com influencia significativas que pode afectar as decisões dos principais que possa razoavelmente esperar que influencie as decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras. Não se espera que as emendas à definição de material tenham um impacto significativo nas contas do AC MicroBanco.

#### IFRS 17 Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 Contratos de Seguros (IFRS 17), uma nova e abrangente contabilidade para contratos de seguro, cobrindo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Uma vez efectiva, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 Contratos de Seguro (IFRS 4). A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contratos de seguros (ou seja, vida, não vida, seguro directo e resseguro), independentemente do tipo de entidade que emite bem como certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionárias. A IFRS 17 é efectiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, com valores comparativos necessários. Esta norma não é aplicável ao AC MicroBanco.

#### Emendas à IFRS 3: Definição de um Negócio

Em outubro de 2018, o IASB emitiu emendas à definição de empresa na IFRS 3 Combinações de Negócios para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de actividades e activos é um negócio ou não. Eles esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, remove a avaliação de se os participantes do mercado são capazes, substituindo quaisquer elementos ausentes, incluindo requisitos para ajudar as entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, restringe as definições de um negócio e de produtos e introduz um justo valor opcional de teste de concentração. Novos exemplos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as emendas. Como as emendas se aplicam prospectivamente a transacções ou outros eventos que ocorram na ou após a data de primeira aplicação, o AC MicroBanco não será afectado por essas emendas na data da transição.

#### IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante

Em 23 de janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas aos parágrafos 6 a 7 da IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras para especificar os requisitos para classificar os passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações esclarecem:

- O que se entende por um direito de adiar a liquidação
- Que o direito de diferir deve existir no final do período coberto pelo relatório
- Essa classificação não é afectada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de diferimento
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento patrimonial, os termos de um passivo não afetarão sua classificação

As emendas à IAS 1 devem ser aplicadas nos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020. As emendas devem ser aplicadas retrospectivamente de acordo com a IAS 8 Políticas Contabilísticas, alteração nas Estimativas Contabilísticas e Erros. Aplicação anterior é permitida. Não se espera que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do AC MicroBanco.

#### Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 17 - Reforma da taxa de juros de referência

Em 26 de Setembro de 2019, o International Accounting Standards Board publicou "Reforma da taxa de juros, alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7" (as "Alterações"). A Alteração conclui a fase de um trabalho do IASB para responder aos efeitos da reforma das taxas interbancárias oferecidas (IBOR) nos relatórios financeiros.

As emendas fornecem reduções temporárias que permitem que a contabilidade de hedge continue durante o período de incerteza antes da substituição de uma referência de taxa de juro existente por uma taxa de juro alternativa quase livre de risco (uma "RFR").

A data efectiva das emendas é para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2020, com aplicação antecipada permitida. Os requisitos devem ser aplicados retrospectivamente. No entanto, quaisquer relacionamentos de hedge que foram previamente des-designados não podem ser restabelecidos mediante solicitação, nem quaisquer relacionamentos de hedge podem ser designados com o benefício de uma retrospectiva. As alterações deverão ser aprovadas pela IFA e tempo das relatórias de final de ano de 2019.

Com a fase em conclusão, o IASB está agora a mudar o seu foco de considerar as questões que podem afectar os relatórios financeiros quando um benchmark de taxa de juro existente é substituído por uma RFR. Esta será a fase 2 do projecto do IASB. O IASB concordou provisoriamente na lista de questões da fase 2 e pode adicionar à lista de questões e revisar o cronograma à medida que o trabalho na fase dois avançando.

Para os fins destas demonstrações financeiras, o AC MicroBanco não adoptou antecipadamente as alterações nas suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Não se espera que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras do AC Micro





# RELATÓRIO E CONTAS 2019

	Stage 1 Individual	Stage 2 Individual	Stage 3	POCI	Total
<b>Quanta escriturada a 1 de Janeiro 2019</b>	319,057	347,227	-	-	666,284
Remensuração de acordo com IFRS 9	-	-	-	-	-
Novos activos originados ou adquiridos	121,520	-	-	-	121,520
Transferências para Stage 1	330,278	-	-	-	330,278
Transferências para Stage 2	-	(347,227)	-	-	(347,227)
Transferências para Stage 3	-	-	16,949	-	16,949
Abates	-	-	-	-	-
<b>Saldo final a 31 de Dezembro 2019</b>	<b>770,855</b>	<b>16,949</b>	-	-	<b>787,804</b>

## 12. Outros activos

Os outros activos apresentam-se como segue:

	2019	2018
Acrescimos	10,606	10,808
Outros valores a receber	106,980	25,138
	<b>117,586</b>	<b>35,945</b>

## 13. Activos tangíveis

O movimento dos activos tangíveis é o seguinte:

	Equipamento	Mobiliário e equipamento administrativo	Viaturas	Direito de Uso	Total
<b>Custo de aquisição:</b>					
1 de Janeiro de 2018	866,085	2,811,823	1,614,557	-	5,292,465
Adições	81,138	253,028	649	-	81,787
Transferências	-	-	-	-	-
Abates	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>947,222</b>	<b>2,812,472</b>	<b>1,614,557</b>	-	<b>5,374,251</b>
Adições	-	-	-	1,576,320	1,576,320
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>947,222</b>	<b>2,812,472</b>	<b>1,614,557</b>	<b>1,576,320</b>	<b>6,950,571</b>

	Equipamento	Mobiliário e equipamento administrativo	Viaturas	Direito de Uso	Total
<b>Depreciações acumuladas</b>					
1 de Janeiro de 2018	527,718	2,007,866	1,614,557	-	4,150,141
Depreciação do exercício	90,665	253,028	-	-	343,693
Abates	-	-	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>618,383</b>	<b>2,260,894</b>	<b>1,614,557</b>	-	<b>4,493,835</b>
Depreciação do exercício	83,834	223,952	-	525,440	833,236
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>702,217</b>	<b>2,484,856</b>	<b>1,614,557</b>	<b>525,440</b>	<b>5,327,071</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>					
31 de Dezembro de 2018	328,839	551,578	-	-	880,416
31 de Dezembro de 2019	245,005	327,616	-	1,050,880	1,623,501

O AC MicroBanco pagou pelo arrendamento dos imóveis o montante total de 625.879 Metcalas durante o ano. A aplicação inicial da IFRS 16 resultou em um aumento do activo e passivo por direito de uso no montante de 1.576.320 Metcalas em 1 de Janeiro de 2019.

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico do passivo pelo arrendamento dos imóveis (Nota 17).

	2019
<b>Em 1 de janeiro - efeito da adopção da IFRS 16</b>	1,576,320
Adições	-
Acrescimo de interesse	194,840
Pagamentos	(625,879)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1,145,281</b>

## 14. Activos intangíveis

Os movimentos nos activos intangíveis foi o seguinte:

	Software	Total
<b>Custo de aquisição:</b>		
1 de Janeiro de 2018	2,066,745	2,066,745
Adições	4,726	4,726
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>2,071,471</b>	<b>2,071,471</b>
Adições	-	-
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>2,071,471</b>	<b>2,071,471</b>
<b>Amortizações e imparidades</b>		
1 de Janeiro de 2018	463,321	463,321
Amortização do exercício	678,502	678,502
Abates	-	-
<b>31 de Dezembro de 2018</b>	<b>1,141,823</b>	<b>1,141,823</b>
Amortização do exercício	679,931	679,931
<b>31 de Dezembro de 2019</b>	<b>1,821,754</b>	<b>1,821,754</b>
<b>Valor líquido contabilístico</b>		
1 de Janeiro de 2018	1,603,424	1,603,424
31 de Dezembro de 2018	929,648	929,648
31 de Dezembro de 2019	249,717	249,717

## 15. Activos por impostos correntes

Activos por impostos correntes apresentam-se como segue:

	2019	2018
Pagamentos por conta - IRPC	237,341	237,341
Pagamento especial por conta - IRPC	60,000	60,000
	<b>297,341</b>	<b>297,341</b>

## 16. Recursos de clientes

Depósitos e contas correntes apresentam-se como segue:

	2019	2018
Adiantamentos de clientes	1,327,910	64,607
	<b>1,327,910</b>	<b>64,607</b>

O valor registado nesta conta diz respeito a adiantamento de clientes para pagamento de rendas de capital e juros de crédito por vencer.

## 17. Outros passivos

Esta rubrica apresenta-se como segue

	2019	2018
Gastos diferidos	657,618	1,153,835
Impostos a pagar	9,608	59,944
Outras contas regularização	646,962	417,431
Outros	1,145,281	-
	<b>2,459,469</b>	<b>1,630,210</b>

## 18. Empréstimos

	2019	2018
<b>Suprimentos</b>	<b>166,251</b>	<b>1,538,440</b>
Alfredo Francisco Chilaule	166,251	1,538,440

O valor registado na rubrica empréstimos corresponde essencialmente às responsabilidades do AC MicroBanco em suprimentos dos sócios. Estes valores apresentam uma variação significativa comparados com o exercício anterior, em virtude da liquidação dos valores de suprimentos, na margem de 89.33% durante o exercício.

## 19. Capital social

O capital social do AC MicroBanco apresenta a seguinte estrutura:

	2019	2018
	Quota	Capital social
<b>Sócios</b>		Capital social
Alfredo Francisco Chilaule	88%	12,550,370
Claudia Sandra Alfredo Chilaule	6%	848,800
Celso Alfredo Chilaule	6%	848,800
	100%	14,247,970

A 31 de Dezembro de 2019, o capital social do AC MicroBanco encontra-se totalmente subscrito e realizado.

## 20. Itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos

Os itens não representativos de caixa incluídos nos lucros antes de impostos apresentam-se como segue:

	2019	2018
Depreciações e amortizações (nota 13,14)	1,513,167	1,022,195
Imparidade de crédito (nota 11)	121,520	440,559
Abate/utilização de imparidade de empréstimos e adiantamentos a clientes	-	(50,006)
	<b>1,634,687</b>	<b>1,412,749</b>

## 21. Instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros analisa como se segue:

	2019	2018
<b>Activos financeiros ao custo amortizado</b>		
Caixa	1,144	1,144
Disponibilidades em instituições de crédito	2,866,537	2,866,537
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6,780,156	6,780,156
Outros activos	106,980	10,606
<b>Total de activo</b>	<b>9,754,816</b>	<b>9,765,422</b>

	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
Adiantamento de clientes	1,327,910	-	1,327,910
Outros passivos	1,801,251	657,618	2,459,469
Empréstimos	166,251	-	166,251
<b>Total de passivo</b>	<b>3,295,011</b>	<b>657,618</b>	<b>3,953,630</b>

	2018	2018
<b>Activos financeiros ao custo amortizado</b>		
Caixa	3,224	3,224
Disponibilidades em instituições de crédito	1,413,619	1,413,619
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5,653,082	5,653,082
Outros activos	25,138	25,138
<b>Total de activo</b>	<b>7,095,062</b>	<b>7,095,062</b>

	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos não financeiros	Total
Adiantamento de clientes	64,607	-	64,607
Outros passivos	476,375	1,153,835	1,630,210
Empréstimos	1,558,440	-	1,558,440
<b>Total de passivo</b>	<b>2,099,423</b>	<b>1,153,835</b>	<b>3,253,257</b>

## 22. Justo valor dos instrumentos financeiros

O AC MicroBanco utiliza a seguinte hierarquia na determinação e divulgação do justo valor dos instrumentos financeiros por técnica de valorização:

Nível 1: Valores cotados (no líquidos) em mercados activos, para os activos e passivos identificáveis.  
Nível 2: Outras técnicas de valorização para os quais os inputs que apresentem um impacto significativo na determinação do justo valor é efectuado com informação observável, quer directa, quer indirectamente.  
Nível 3: Técnicas que utilizam inputs que apresentam um efeito baixo no justo valor registado com base em variáveis não observáveis no mercado.  
Para os activos e passivos que são reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo justo valor numa base regular, o AC MicroBanco mediu consistentemente os níveis na hierarquia ao regular a categorização no final de cada período.  
A tabela seguinte demonstra a análise do justo valor dos instrumentos financeiros de acordo com a hierarquia de justo valor:

	2019	2018
<b>Activos mensurados ao custo amortizado</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6,644,553	6,644,553
	<b>6,644,553</b>	<b>6,644,553</b>

	2018	2018
<b>Activos mensurados ao custo amortizado</b>		
Nível 1	Nível 2	Nível 3
5,540,020	5,540,020	5,540,020
-	-	-
<b>Total</b>	<b>5,540,020</b>	<b>5,540,020</b>

A tabela seguinte demonstra, por classe, a comparação dos justos valores com os valores líquidos contabilísticos dos instrumentos financeiros do AC MicroBanco que não estão mensurados ao justo valor nas demonstrações financeiras:

	2019	2018
<b>Activos financeiros</b>		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6,780,156	6,644,553
	<b>6,780,156</b>	<b>6,644,553</b>

O Conselho de Administração considera que o Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito e aplicações em outras instituições de crédito se aproximam do justo valor, devido ao curto prazo das maturidades destes instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros encontram-se incluídos no montante à data da transacção entre partes interessadas, sem que exista uma exigência de liquidação.

Na determinação da estimativa de justo valor foram utilizados os seguintes métodos e pressupostos:

- Os activos financeiros são descontados através da utilização dos Bilhetes do Tesouro variando 12.75%.
- Os passivos financeiros são descontados através da FPC de 15.75%

## 23. Partes relacionadas

Os saldos com as partes relacionadas apresentam-se como segue:

	Outros activos	Outros passivos	Custos Administrativos
<b>Sócios</b>			
Alfredo Francisco Chilaule	2019	-	166,251
	2018	-	1,558,440
Claudia Sandra Alfredo Chilaule	2019	-	144,000
	2018	-	144,000
Celso Alfredo Chilaule	2019	-	-
	2018	-	-

**Benefícios ao pessoal-chave de Gestão**

Durante o exercício de 2019, os vencimentos do Conselho de Administração mantiveram-se nos 986.400 Metcalas (986.400 Metcalas em 2018).

## 24. Contingências e compromissos

### Garantias recebidas

	2019	2018
Garantias	43,624,500	34,427,085
	<b>43,624,500</b>	<b>34,427,085</b>

A informação adicional relativamente à natureza das garantias e dos termos e das condições associadas as mesmas, encontra-se divulgada na nota 26 - Risco de crédito.  
As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do AC MicroBanco durante um período de 10 anos. Essa revisão pode resultar em diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal e culminar em eventuais correcções de natureza tributária. Contudo, o Conselho de Administração do AC MicroBanco espera ter cumprido todas as suas obrigações fiscais, não esperando assim ajustamentos materialmente relevantes nas suas Demonstrações Financeiras.

## 25. Gestão do Risco, objectivos e políticas

O Conselho de Administração tem a responsabilidade geral de estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco da entidade. O Conselho de Administração é responsável por identificar e analisar os riscos enfrentados pelo AC MicroBanco, por definir limites e controlos de riscos apropriados, e por monitorizar riscos e o cumprimento desses limites. A revisão dos sistemas e políticas de gestão de risco é realizada para reflectir mudanças nas condições de mercado regulamento, produtos e serviços oferecidos. O AC MicroBanco, através da sua formação e as normas e procedimentos de gestão, tem como objectivo desenvolver um ambiente de controlo interno disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações. Uma análise qualitativa da gestão do risco é apresentada como segue:

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que o AC MicroBanco pode sofrer devido a perdas financeiras, se os clientes do AC MicroBanco ou contra-partes de mercado falharem a honrar os compromissos com o AC MicroBanco. As contra-partes podem incluir o Governo, outros Bancos e instituições não bancárias. O risco de crédito pode surgir também devido à decisão da notação de crédito do AC MicroBanco, fazendo com que o justo valor dos seus activos diminua. O risco de crédito que o AC MicroBanco está exposto é mais ao nível de crédito comercial e retalho. O AC MicroBanco tem as suas políticas, procedimentos e processos, segundo as quais controla e monitoriza o risco de todas essas actividades.

Enquanto a exposição ao crédito surge pela via de empréstimos e adiantamentos, o AC MicroBanco pode ser exposto a outros riscos de crédito. Os mesmos dizem respeito a compromissos, passivos contingentes, títulos de dívida e outros riscos que ocorram no decurso de actividades comerciais. Estes riscos são geridos de forma semelhante que os de empréstimos e adiantamentos a clientes e estão sujeitos aos mesmos processos de aprovação e controlo.

O AC MicroBanco gere este risco por meio de uma análise adequada de pedidos de crédito antes de desmobilar os fundos para os clientes.

### Máxima exposição ao risco de crédito por classe de activos financeiros

Para activos financeiros reconhecidos no balanço, a exposição ao risco de crédito é igual à quantia escriturada. Para as garantias financeiras, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor máximo que o AC MicroBanco teria de pagar se a garantia fosse executada. Para os compromissos de empréstimo de crédito e outros compromissos relacionados e que sejam irrevogáveis durante o ciclo de vida das respectivas facilidades, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor da facilidade não utilizada.

A tabela abaixo demonstra a exposição máxima à data de 31 de Dezembro de 2019 e 2018 relativamente ao risco de crédito no balanço, e instrumentos financeiros extrapatrimoniais, sem ter em consideração o valor das garantias detidas. O AC MicroBanco apenas detém colaterais para Crédito de clientes e respeitam fundamentalmente a hipotecas sobre propriedades e penhoras de equipamentos.

	Exposição máxima ao risco de crédito relativa a elementos do balanço	2019	2018
Caixa	1,144	1,144	3,224
Disponibilidades em instituições de crédito	2,866,537	2,866,537	2,866,537
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7,567,960	6,319,366	6,319,366
Outros activos	106,980	25,138	-
<b>Total do activo na demonstração da posição financeira</b>	<b>10,542,619</b>	<b>7,761,347</b>	<b>7,761,347</b>
<b>Exposição do risco de crédito relativa a elementos patrimoniais</b>			
Garantias	43,624,500	34,427,085	34,427,085
	<b>43,624,500</b>	<b>34,427,085</b>	<b>34,427,085</b>
<b>Total da exposição ao risco de crédito</b>	<b>54,167,119</b>	<b>42,188,432</b>	<b>42,188,432</b>

### Qualidade do crédito:

Com a finalidade de divulgar a qualidade do crédito do AC MicroBanco, os instrumentos financeiros foram analisados como segue:

	2019	2019
	Stage 1	Stage 2
<b>Crédito vivo</b>	<b>5,914,839</b>	<b>1,481,453</b>
Nem vencido nem em imparidade	5,914,839	1,481,453
Em imparidade	-	-
<b>Crédito vencido</b>	<b>-</b>	<b>171,668</b>
Em imparidade	-	171,668
<b>Total</b>	<b>5,914,839</b>	<b>1,481,453</b>

## Exposição máxima ao risco de crédito e das garantias e outras melhorias de crédito

A tabela a seguir mostra a exposição máxima ao risco de crédito por classe do activo financeiro, bem como o justo valor total da garantia, a garantia excedente (a medida em que o justo valor das garantias detidas é maior do que a exposição a que se refere), e a exposição líquida ao risco de crédito.

	2019	2019
	Exposição máxima ao risco de crédito	Exposição líquida
Caixa	1,144	1,144
Disponibilidades em instituições de crédito	2,866,537	2,866,537
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7,567,960	6,319,366
Particulares	7,567,960	6,319,366
Outros activos	106,980	25,138
<b>Total</b>	<b>10,542,619</b>	<b>7,761,347</b>

	2018	2018
	Exposição máxima ao risco de crédito	Exposição líquida
Caixa	3,224	3,224
Disponibilidades em instituições de crédito	1,413,619	1,413,619
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6,319,366	6,319,366
Particulares	6,319,366	6,319,366
Outros activos	35,945	35,945
<b>Total</b>	<b>7,768,931</b>	<b>7,768,931</b>

### Colaterais e outras garantias de crédito

A quantidade e o tipo de garantia exigida dependem de uma avaliação do risco de crédito da contraparte.

Os principais tipos de garantias obtidos são, como se segue:

- Garantias de natureza pessoal (Fianças e avais)
- Garantias reais (penhores financeiros e as hipotecas de imóveis e móveis);
- Penhor sobre os bens comerciais, como lojas, inventário e contas a receber;
- Garantias bancárias "on first demand" emitidas por bancos ou outras entidades;

### Activos financeiros renegociados

Quando um cliente entra em incumprimento (Stage 3), e temporariamente não consegue suportar a prestação mensal, o cliente pode procurar pedir a dilatação do período de forma a conseguir uma oportunidade com vista a rectificação da situação. Na data de vencimento do período de reprogramação, a situação do cliente é reavaliada e os termos dos empréstimos poderão ser renegociados.

Os créditos reestruturados são classificados no Stage 2, no entanto, pode ocorrer que o cliente tenha um número de dias em atraso que o colocaria sob determinada classificação de imparidade, mas devido a circunstâncias excepcionais o mesmo é classificado na sua pior posição. Este é o propósito do triggers/indicadores de imparidade, possibilitar a classificação de imparidade mais adequada ao empréstimo em causa considerando outras características além do número de dias em atraso. A classificação de imparidade atribuída em cada data de referência será o máximo entre a classificação atribuída através do número de dias em atraso e a classificação atribuída através do indicador de imparidade.

### Activos financeiros que estão vencidos, mas não em imparidade

Dizem respeito a empréstimos e adiantamentos a clientes em que o cliente incumpru com o pagamento dos juros ou capital mas o AC MicroBanco acredita que não é apropriado reconhecer uma imparidade identificada tendo em linha de conta o nível do colateral que o cliente entregou ao AC MicroBanco como garantia. À data de balanço, o AC MicroBanco não apresenta quaisquer activos financeiros que estão vencidos, mas que não se encontrem em imparidade.

### Activos financeiros que se encontrem em imparidade

O AC MicroBanco





# RELATÓRIO E CONTAS

## 2019

Anexo à Circular nº3/SHC/2007

MODELO III

Balanco - Contas Individuais (Activo)

31 de Dezembro de 2019

Rubricas		Notas	2019			2018
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor Líquido	
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		1.14	-	1.14	3.22
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		2,866.54	-	2,866.54	1,413.62
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação					
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados					
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) - 53888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda					
13 + 150 + 158 (1) + 159	Aplicações em instituições de crédito					
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1)	Crédito a Clientes		7,567.96	787.80	6,780.16	5,653.08
156 + 158 (1) + 159 (1) +	Investimentos detidos até à maturidade					
155 + 158 (1) + 159 (1) +	Activos com acordo de recompra					
21	Derivados de cobertura					
25-3580	Activos não correntes detidos para venda					
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento					
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		6,950.57	5,327.07	1,623.50	880.42
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		2,071.47	1,821.75	249.72	929.65
24 - 357	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos					
300	Activos por impostos correntes		297.34	-	297.34	267.34
301	Activos por impostos diferidos					
12 + 157 + 158 (1) + 159	Outros Activos		117.59	-	117.59	35.95
	Total de activos		19,872.61	7,936.63	11,935.98	9,183.28

Anexo à Circular nº3/SHC/2007

MODELO III (PASSIVO)

Balanco - Contas Individuais (Passivo)

31 de Dezembro de 2019

Rubricas	Notas	2019	2018
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 5211 (1) + 5318 (1)	<b>Passivo</b> Recursos de bancos centrais Passivos financeiros detidos para negociação Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados Recursos de outras instituições de crédito Recursos de clientes e outros empréstimos		
43 (1)			
43 (1)			
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)			
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311		1,494.16	1,623.05
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 5211 (1) + 5312			
44			
45			
47			
490			
491			
481 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	<b>Total de Passivo</b> <b>Capital</b> Prémios de emissão Outros instrumentos de capital (Ações próprias) Reservas de reavaliação Outras reservas e resultados transitados Resultado do exercício (Dividendos antecipados)		
480 + 480 +/- 489 (1) - 3311 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)			
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) + 5207 + 5208 + 5211 (1) + 528 + 538 - 5388 + 5318 (1) + 54 (1) (3)		2,459.47	1,630.21
55		3,953.63	3,253.26
602			
57		14,247.97	14,247.97
- 56			
58 + 59			
60 - 602 + 61		(8,287.95)	(6,121.78)
64		2,022.33	(2,166.17)
- 63			
	<b>Total de Capital</b>	<b>7,982.35</b>	<b>5,960.02</b>
	<b>Total de Passivo + Capital</b>	<b>11,935.98</b>	<b>9,213.28</b>

Anexo à Circular nº3/SHC/2007

MODELO IV

Demonstração de Resultados - Contas Individuais

31 de Dezembro de 2019

Rubricas	Notas	2019	2018
79 + 80	Juros e rendimentos similares	6,803.84	4,511.31
66 + 67	Juros e encargos similares	194.84	
	<b>Margem financeira</b>	<b>6,609.00</b>	<b>4,511.31</b>
82	Rendimentos de instrumentos de capital		
81	Rendimentos com serviços e comissões	533.91	174.37
68	Encargos com serviços e comissões	17.27	21.45
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 - 69910 + 832 + 833 + 835 (1) + 836 (1) + 838 + 83900 + 83910	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
- 694 + 834 - 690 + 830 - 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda Resultados de reavaliação cambial Resultados de alienação de outros activos	4.89	-
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 720 - 721 - 725 (1) - 726 (1) - 728 + 835 (1) + 836 (1) + 83901 + 83911 + 840 + 843 (1) + 844 (1) + 848	Outros resultados de exploração	217.57	18.29
	<b>Produto bancário</b>	<b>7,338.32</b>	<b>4,645.95</b>
70	Custos com pessoal	1,091.22	1,135.68
71	Gastos gerais administrativos	2,519.20	4,149.50
72	Outros Gastos operacionais	70.88	64.19
77	Amortizações do exercício	1,513.17	1,022.20
784 + 785 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações		
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 + 7623 + 7624 + 7625 + 7630 + 7631 + 765 + 766 - 870 - 8720 - 8710 - 8718 - 87210 - 87211 - 8723 - 8724 - 8726 - 8730 - 8731 - 875 - 876 - 768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	121.52	440.56
	<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>2,022.33</b>	<b>(2,166.17)</b>
	<b>Impostos</b> Correntes Diferidos		
65			
74 - 86			
<b>640</b>	<b>Resultados após impostos</b>	<b>2,022.33</b>	<b>(2,166.17)</b>
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

Em cumprimento do estabelecido pelo Aviso nº 16/GBM/2017, de 30 de Junho de 2017, do Banco de Moçambique, e em conjugação com os critérios definidos pelo pilar 3 do Acordo de Basileia II, o presente Relatório de Disciplina de Mercado visa divulgar informação detalhada sobre a solvabilidade e a gestão do risco do AC MicroBanco (doravante designado por ACMB ou MicroBanco).

Os valores apresentados, se nada estiver referido em contrário, estão em milhares de meticals e reflectem a posição do MicroBanco a 31 de Dezembro de 2019.

## 2. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

O Conselho de Administração certifica que foram desenvolvidos todos os procedimentos considerados necessários e que tanto quanto é do seu conhecimento, toda a informação divulgada é verdadeira e fidedigna, assegurando a qualidade de toda a informação divulgada. Não ocorreram durante o período a que este documento faz referência, eventos que afectem, de forma materialmente relevante, a informação aqui contida. O Conselho de Administração compromete-se a divulgar quaisquer alterações significativas que ocorram no decorrer do exercício subsequente àquela a que este relatório se refere.

## 3. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

### 3.1. Informação Qualitativa

#### 3.1.1. Identificação do AC MicroBanco

O AC MicroBanco, Lda (doravante designado por ACMB ou MicroBanco) é uma sociedade por quotas, constituído em Moçambique, que se rege pela lei Moçambicana, matriculada na Conservatória do Registo das Entidades Legais em Maputo sob o número 100199238, com sede na Avenida 25 de Setembro número 270, R/C, em Maputo, com o capital social de 14,247.97 milhares de meticals, encontrando-se registado no Banco de Moçambique com o código 00000490.

A actividade principal do AC MicroBanco é conceder empréstimos, captar depósitos e outras operações bancárias autorizadas pelo Banco de Moçambique. O MicroBanco está presente no território nacional moçambicano através de dois balcões localizadas na Província e Cidade de Maputo.

## 4. GESTÃO DE RISCO

### 4.1. Introdução

O MicroBanco encontra-se sujeito a um conjunto de riscos, directa e indirectamente, ligados a sua actividade cuja gestão pode permitir ou impossibilitar o alcance dos objectivos traçados pela instituição. Desta feita, a gestão eficiente destes riscos faz parte do processo normal de gestão do MicroBanco e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentável do MicroBanco. Para além de contribuir para a optimização do binómio rentabilidade/risco da instituição, assegura também que o perfil de risco do MicroBanco esteja alinhado com a visão e posições estratégicas definidas pelos Sócios. O MicroBanco tem a política e princípio de gestão de risco rigorosa e dotada de todos os meios necessários para assegurar a viabilidade e sustentabilidade do modelo de negócio e da estratégia do MicroBanco. A gestão de risco do MicroBanco é governada por princípios, procedimentos, metodologias de controlo e reporte, ajustados à dimensão e complexidade do MicroBanco.

### 4.2. Princípios e Políticas

A Gestão de Risco constitui para o MicroBanco uma actividade de elevada importância, onde se privilegia o princípio de Governação Corporativa, com o envolvimento de todas as áreas na gestão dos riscos materialmente relevantes, no sentido de apoiar o Conselho de Administração para o desenvolvimento, crescimento e rentabilidade da actividade do MicroBanco.

Para o efeito, encontram-se definidos no Programa de Gestão de Riscos (PGR), os princípios orientadores, a estrutura organizativa e os sistemas de avaliação e monitorização que comporta quatro processos chave particularmente:

- Identificação:** Identificação de riscos existentes ou potenciais, tanto de iniciativas de negócio já existentes como de novas iniciativas.
- Medição:** Medir os riscos para determinar o seu impacto nos resultados ou no capital. Assegurar medição tempestiva e exacta de riscos.
- Controlo:** Definir limites de exposição ao risco, através de políticas, normas e procedimentos.
- Acompanhamento:** Sistema de Informação de Gestão (SIG), eficaz para acompanhar os níveis de risco e facilitar a revisão tempestiva das posições de risco.

É com base no princípio de prudência que é definido o apetite ao risco do MicroBanco em linha com a exigência regulamentar de Supervisão Prudencial do Banco de Moçambique.

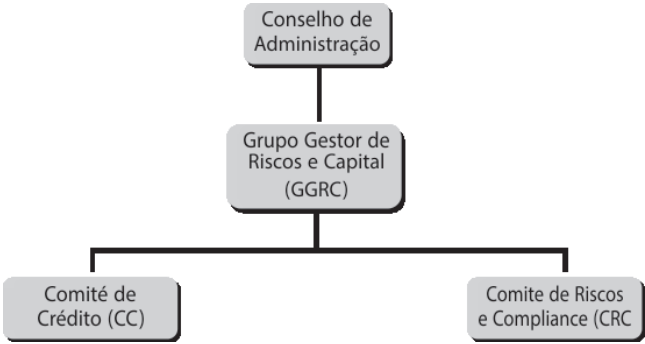
As políticas e procedimentos de gestão de riscos escolhidos pelo MicroBanco visam dar cobertura aos riscos que emergem da actividade desenvolvida em consonância com o Aviso nº 4/GBM/2013 - Directrizes de Gestão de Risco, pretendendo assegurar e monitorizar, numa perspectiva de gestão estratégica e corrente, o risco da actividade do MicroBanco.

### 4.3. Estrutura de Gestão

A Estrutura de Gestão de Riscos e Capital é compatível com o modelo de negócios do MicroBanco, com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e serviços, e proporcional à dimensão e relevância da exposição dos riscos, ou seja, adequada ao perfil de riscos da instituição e actua por meio de normativas e metodologias condizentes com as actividades e os processos da instituição. Adicionalmente, o MicroBanco possui uma estrutura voltada a gestão de capital, com o objectivo de avaliar a adequação do capital para fazer face aos seus riscos inerentes as suas operações de negócios.

O MicroBanco instituiu: Área denominada "Grupo Gestor de Riscos e Capital" (GGRC); Comité de Riscos e Compliance (CRC); e Comité de Crédito (CC).

O Comité de Riscos e Compliance e o Comité de Crédito subordinam-se directamente ao Grupo Gestor de Riscos e Capital, tendo as suas atribuições estabelecidas nas políticas de gestão de riscos e capital, e na governação interna. O organograma de gestão do risco do MicroBanco apresenta-se como segue:



### Conselho de Administração

#### Atribuições:

- Definição da estratégia e acompanhamento do desempenho geral da Instituição, do contexto do mercado e de todos os temas abordados nos comités, devendo deliberar sobre questões que exigem a participação da alta administração ou arbitrar em caso de empate na votação dos demais Comités;
- Aprovar e revisar, com frequência mínima de dois anos, as políticas e estratégias de gestão de riscos e assegurar a sua observância;
- Assegurar a tempestiva correção das deficiências da estrutura de gestão de riscos;
- Autorizar, quando necessário, exceções às políticas e aos procedimentos estabelecidos;
- Promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no MicroBanco;
- Assegurar que o MicroBanco mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez;
- Compreender de forma abrangente os riscos que podem impactar o capital e a liquidez do MicroBanco.

### Grupo Gestor de Riscos e Capital (GGRC)

- Supervisionar e implementar o desempenho da estrutura de riscos e garantir o seu aperfeiçoamento;
- Subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas e auxiliar o Conselho de Administração;
- Supervisionar os processos e controlos relativos a apuramento dos limites e padrões mínimos regulamentares;
- Supervisionar os processos e controlos a apuramento do montante ao requerimento mínimo dos Fundos Próprios;
- Coordenar o GGRC, convocando seus integrantes para as reuniões e estabelecer agenda e produzir registo em Acta das reuniões e submeter relatórios de risco aprovados nas reuniões do GGRC ao Conselho de Administração, e incluir os procedimentos necessários a efectiva gestão do risco nos manuais operacionais correspondentes;

### Comité de Riscos e Compliance (CRC)

#### Atribuições:

- Elaborar proposta do apetite de riscos (a ser ratificada pelo Conselho de Administração) e monitorar os indicadores de riscos relevantes, tanto financeiros quanto não financeiros; avaliar e aprovar as operações que possam impactar no consumo ou base de capital; acompanhar a evolução dos índices de capital e o planeamento de capital para três anos; monitorar reservas de liquidez e caixa; deliberar sobre políticas e indicadores de Riscos, Compliance, Controlos Internos; ratificar e acompanhar o teste de estresse integrado de capital; avaliar, monitorar e controlar actividades desempenhadas por Controlos Internos, Compliance, Segurança da Informação, Plano de Continuidade de Negócios e Prevenção à Lavagem de Dinheiro; monitorar e controlar acções de correção para deficiências identificadas pelas auditorias

Externas, órgãos reguladores e entidades de autorregulação, deliberar e acompanhar assunções de risco; aprovar relatórios de demandas regulamentares; e encaminhar propostas ao Conselho de Administração no que se refere a acções para gestão e controlo de riscos, capital e controlos, quando necessário.

- Avaliar e propor iniciativas visando proteger e maximizar o balanço estrutural do MicroBanco sob o ponto de vista económico-financeiro, contabilístico e fiscal; avaliar descasamentos ("gaps") dos resultados contabilísticos e fiscais; realizar o acompanhamento mensal dos resultados não reconhecidos, contabilísticos e fiscais; propor e revisar periodicamente estratégias de gestão de ativos e passivos; analisar cenários e indicadores macroeconómicos; propor estratégias de eliminação de capital do MicroBanco; avaliar e aprovar propostas para maximizar a eficiência fiscal Financeiro, assim como reorganizações societárias; avaliar riscos fiscais que possam impactar o balanço.
- Analisar, aprovar e se necessário transmitir ao Conselho de Administração as estratégias e acções no que diz respeito a: práticas de Recursos Humanos com impacto institucional em atração, desenvolvimento e retenção de talentos; estrutura organizacional que envolva mudanças nas direcções e promoções para níveis executivos; planeamento sucessório; gestão de performance e cultura organizacional; validar as estratégias da Área de Recursos Humanos por meio do acompanhamento dos seus resultados; apoiar os processos de gestão de mudanças e fortalecimento da cultura da Organização; zelar pelo cumprimento do código de conduta da Organização; dentre outros.

### Comité Crédito (CC)

#### Atribuições:

- Avaliar a viabilidade de aprovação de limites e/ou operações de crédito encaminhadas pelas áreas comerciais, avaliar as negociações ou acordos para regularização de créditos problemáticos e baixa das restrições de crédito (temporárias ou definitivas) a pessoas, grupos e sectores da economia.

**Produtos e Tecnologia:** aprovar novos negócios, novos produtos ou serviços e soluções digitais; revisar periodicamente o catálogo de produtos e serviços oferecidos; acompanhar o desempenho operacional de produtos e serviços; aprovar portfólio e roadmap dos projetos de produtos baseados em TI; acompanhar indicadores da carteira de projetos, com avaliação de plano de acção para indicadores com *status* "em atraso" e "em atenção";

#### 4.3.1. Perfil e Instrumentos de Gestão

Tipo de Risco	Instrumento de Gestão
Risco de Crédito	<ul style="list-style-type: none"><li>Metodologias da avaliação de propostas de crédito;</li><li>Processo de concessão e recuperação de credito criterioso;</li><li>Monitoria continua dos processos de gestão de risco de crédito.</li></ul>
Risco de Mercado	<ul style="list-style-type: none"><li>Análise de spread e taxas de mercado;</li><li>Análise de sensibilidade da margem financeira e dos Fundos Próprios Prudenciais face à variações de curvas de taxas de juro;</li><li>Apuramento regular da posição cambial líquida do MicroBanco;</li><li>Controle de limites das posições em moeda externa.</li></ul>
Risco Operacional	<ul style="list-style-type: none"><li>Plano de continuidade de negócio;</li><li>Registo de eventos operacionais e monitoria de indicadores chaves de risco</li><li>Os controlos de acessos, físicos e lógicos;</li><li>O código de conduta.</li></ul>
Risco de Liquidez	<ul style="list-style-type: none"><li>Apuramento diário da posição de liquidez;</li><li>Análise diária das necessidades de recursos por simulação de Fluxo de caixa;</li><li>Análise de Gaps de liquidez;</li></ul>
Risco de Tecnologias de Informação	<ul style="list-style-type: none"><li>Definição de Políticas de utilização do TI's pelos usuários;</li><li>Criação de redundâncias repliação de dados;</li><li>Avaliação dos controlos e plano de acção para remediações.</li></ul>
Risco de Compliance	<ul style="list-style-type: none"><li>Realização de auditoria externa;</li><li>Cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;</li><li>Adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controlo interno;</li></ul>
Risco Estratégico	<ul style="list-style-type: none"><li>Plano orçamental anual</li><li>Planeamento Estratégico consubstanciado em planos de actividades do ACMB</li><li>Monitoria regular das condicoes de mercado</li></ul>
Risco de Repuração	<ul style="list-style-type: none"><li>Gestao de Reclamacoes recebidas;</li><li>Acompanhamento de informacao que envolva o ACMB;</li><li>Cumprimento das regras de conduta e de relacionamento com clientes;</li><li>Preservação da integridade das operações praticadas nas atividade do ACMB.</li></ul>

### 5. Estrutura de capital

#### 5.1. Informação Qualitativa

Os Fundos Próprios do MicroBanco foram apurados de acordo com o disposto no Aviso nº 8/GBM/2017, de 3 de Abril, do Banco de Moçambique.

Os Fundos Próprios Totais resultam da soma de Fundos Próprios de Base (Tier 1 Capital) e dos Fundos Próprios Complementares (Tier2), deduzida de alguns valores que, nos termos regulamentares, abatem os Fundos Próprios.

A principal parcela dos Fundos Próprios corresponde aos Fundos Próprios de Base, os quais, para além do cálculo do indicador Tier 1 Capital permite ainda o apuramento do Tier 2 nos termos do disposto da Circular nº. 01/SCO/2013 do Banco de Moçambique. As principais componentes dos Fundos Próprios de Base são:

#### • Fundos Próprios de Base (Tier 1 Capital)

##### »Elementos Positivos

- Capital realizado;
- Reservas legais, estatutárias e outras formadas por resultados não distribuídos;
- Resultados positivos transitados de exercícios anteriores;
- Resultados positivos do último exercício;
- Resultados positivos provisórios de exercícios em curso.

##### »Elementos Negativos

- Activos intangíveis líquidos de amortizações;
- Resultados negativos transitados de exercícios anteriores;
- Resultados negativos do último exercício;
- Reservas de reavaliação negativas;
- Insuficiência de provisão.

#### • Fundos Próprios Complementares (Tier 2)

Por outro lado, o MicroBanco apresenta nos seus Fundos Próprios, um montante na parcela que permite reforçar a solvabilidade da Instituição, sendo que basicamente compõe-se por:

##### Elementos Positivos

- Provisões para riscos gerais de crédito ate ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito;
- Reservas de reavaliação legais de activos fixos tangíveis.

##### Montantes a deduzir

- Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio;
- Parte que excede os limites de concentração de riscos (Aviso nº. 5/GBM/2017).

### 5.2. Informação Quantitativa

A 31 de Dezembro de 2019, os Fundos Próprios do MicroBanco ascendiam a 5,711.35 milhares de meticals, com um acréscimo em cerca de 680.09 milhares de meticals, comparado com o período de Dezembro de 2018, conforme se indica no quadro abaixo:

Millhares de Meticals

Quadro I. Fundos Próprios Totais	Dec-19	Dez - 18
<b>Fundos Próprios de Base Positiva</b>	<b>14,247.97</b>	<b>14,247.97</b>
Capital realizado	14,247.97	14,247.97
<b>Fundos Próprios de Base Negativa</b>	<b>8,537.67</b>	<b>9,217.60</b>
Activos intangíveis	249.72	929.65
Resultados negativos transitados de exercícios anteriores	6,121.78	2,608.07
Resultados negativos do último exercício	2,166.17	3,513.71
Resultados negativos provisórios do exercício em curso	-	2,166.17
<b>Fundos Próprios de Base antes das Deduções</b>	<b>5,710.30</b>	<b>5,030.37</b>
<b>Deduções aos Fundos Próprios de Base</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fundos Próprios de Base Deduzidos</b>	<b>5,710.30</b>	<b>5,030.37</b>
<b>Fundos Próprios Complementares Positivos</b>	<b>1.05</b>	<b>0.90</b>
Provisões para riscos gerais de crédito ate ao limite de 0,0125% dos activos ponderados pelo risco de crédito	1.05	0.90
<b>Fundos Próprios Complementares Negativos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fundos Próprios Complementares antes das Deduções</b>	<b>1.05</b>	<b>0.90</b>
<b>Deduções aos fundos próprios de base e complementares</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Fundos Próprios Complementares Deduzidos</b>	<b>1.05</b>	<b>0.90</b>
Montantes a deduzir:	-	-
Parte que excede os limites de concentração de riscos (Aviso nº 09/GBM/2017)	-	-
<b>Fundos Próprios Totais</b>	<b>5,711.35</b>	<b>5,031.27</b>

### 6. Adequação do Capital

#### 6.1. Informação Qualitativa

O rácio de solvabilidade é calculado com base no Aviso nº. 09/GBM/2017, de 03 de Abril, do Banco de Moçambique. A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção de amortecedor para efeitos prudenciais são monitorizados regularmente pela gestão do MicroBanco, e esta informação é partilhada com o Banco de Moçambique numa base mensal.

Para o cálculo dos requisitos mínimos de Capital, o MicroBanco usa o método padrão simplificado para o risco de crédito - Aviso nº. 11/GBM/2013 e o método do indicador básico (BIA) para o risco operacional - Aviso nº. 12/GBM/2013. Em relação ao risco de mercado, o Banco recorre aos procedimentos de cálculo previstos no Anexo do Aviso nº. 13/GBM/2013 do Banco de Moçambique, que define as regras de cálculo dos requisitos de fundos próprios no que concerne ao risco cambial.

O rácio de solvabilidade regulamentar mínimo, nos termos do Aviso nº 09/GBM/2017, de uma forma faseada (11% em 2019 e 12% em 2020) o MicroBanco reveri em 2019, a sua aparência em função das suas actividades o risco do rácio de solvabilidade, para (63.31% em 2019, 64.66% em 2020 e 59.93% em 2021), com base na gestão focada numa visão futurista do capital, que permite antecipar e proactivamente agir em face de prováveis pressões sobre o capital. Adicionalmente, o MicroBanco realiza o seu Processo de Auto-avaliação da Adequação do Capital Interno (Internal Capital Adequacy Assessment Process - ICAAP), de acordo com as normas aplicáveis do Banco de Moçambique (Aviso nº 16/GBM/2017 de 30 de Junho e Circular nº 2/SCO/2013). Este processo visa garantir que todos os riscos a que o MicroBanco se encontra exposto são devidamente avaliados, detalhando a maneira como o MicroBanco pretende mitigar os efeitos adversos dos mesmos, bem como a determinação do montante de capital necessário, corrente e futuro, para fazer face ao perfil de risco identificado. O MicroBanco realiza semestralmente testes de esforço da adequabilidade do seu capital para suportar choques projectados nos riscos de crédito, taxa de juro, taxa de câmbio e liquidez. Os resultados do ICAAP bem como dos testes de esforço demonstram a adequabilidade dos níveis de capitais do MicroBanco para suportar os choques projectados. Em termos de distribuição do capital interno por tipologia de risco, o risco mais significativo do MicroBanco é o risco de crédito.





Para efeitos de Adequação de Capital, o MicroBanco apresentava a 31 de Dezembro de 2019 um excesso de Fundos Próprios para a cobertura de riscos em cerca de 4,719.06 milhares de metcais.

No Quadro IV abaixo indicado, apresenta-se o rácio de solvabilidade e os indicadores Core Tier 1 e Tier 1, calculados nos termos do Aviso nº 09/GBM/2017 de 03 de Abril e a Circular nº 01/SCO/2013 de 31 de Dezembro.

<i>Millhares de Metcais</i>			
<b>Quadro IV. Rácio de Solvabilidade</b>	<b>Dec-19</b>	<b>Dez- 18</b>	
<b>Fundos próprios Totais:</b>	<b>5,711.35</b>	<b>5,031.27</b>	
De Base Principais (Core Tier 1)	5,960.02	5,960.02	
De Base (Tier 1)	5,710.30	5,030.37	
Complementares	1.05	0.90	
Elementos a deduzir, de acordo com o Aviso 08/GBM/17	-	-	
<b>Total dos Riscos:</b>	<b>9,020.82</b>	<b>7,891.23</b>	
<b>Rácio de Crédito</b>	<b>8,430.17</b>	<b>7,194.35</b>	
Activos no Balanço (On-Balance Sheet)	8,430.17	7,194.35	
Elementos Extra-Patrimoniais (Off- Balance Sheet)	-	-	
<b>Risco Operacional</b>	<b>590.65</b>	<b>696.89</b>	
<b>Risco de Mercado</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	
<b>Rácio de Solvabilidade:</b>			
Core Tier 1 Capital	66.07%	75.53%	
Tier 1 Capital	63.30%	63.75%	
<b>Rácio Global</b>	<b>63.31%</b>	<b>63.76%</b>	

## 7. Risco de Crédito

### 7.1. Informação Qualitativa

#### Introdução

Para a efeitos de cálculo de requisitos de fundos próprios para a cobertura de risco de crédito o MicroBanco utiliza o Método de Padrão Simplificado, definido pelo Aviso nº 11/GBM/2013, do Banco de Moçambique, de 31 de Dezembro, onde o cálculo das posições ponderadas pelo risco são determinadas pela aplicação de coeficientes de ponderação, tendo em conta a classe de risco em que a posição se enquadra, bem como a sua qualidade de crédito.

#### 7.1.1. Definições Relevantes para Efeitos Contabilísticos

- Risco de crédito:** É a possibilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a incapacidade de uma contraparte honrar com os seus compromissos financeiros perante a instituição;
- Crédito vencido:** são todas as prestações vencidas de capital incluindo os juros vencidos de um crédito com pelo menos 1 (um) dia de atraso, após o seu vencimento.
- Crédito objecto de Imparidade:** é todo aquele que, em função da análise efectuada (individual ou colectiva), apresenta sinais objectivos de expectativas de perdas conforme o modelo de imparidade.

#### 7.1.2. Métodos usados para a determinação de Imparidade

O MicroBanco procede ao cálculo das imparidades (ECL - Expected Credit Loss - Perda de Crédito Esperada) de acordo com as IFRS9.

O MicroBanco reconhece todas as possíveis futuras perdas de crédito nos seus activos financeiros sobre gestão desde o momento da originação. Estas perdas potenciais devem ser revistas a cada data de reporte de forma a reflectir alterações no nível de risco de crédito dos respectivos activos financeiros. Para o cálculo das imparidades, procede-se a uma segregação da carteira em função do Segmento (Particular e Empresas). Para cada segmento é atribuído um ponderador em função das perdas esperadas a 12 meses (Stage 1) e Lifetime (Stages 2 e 3), que foi constituído com base em um histórico dos últimos 3 anos, ajustados aos factores macroeconómicos. Procede-se igualmente à segregação da carteira em termos de níveis de incumprimento em função da degradação abaixo:

- Stage 1 "Performing"** - Exposições de crédito sem atraso no cumprimento para as quais não se verificou qualquer alteração da probabilidade de incumprimento (PD) em relação à data da originação (de 0 a 30 dias de atraso);
- Stage 2 "Under-performing"** - Inclui exposições de crédito para as quais se verificou uma deterioração do perfil de risco medido pelo aumento significativo na probabilidade de incumprimento (PD) em relação à data de originação (de 31 a 90 dias de atraso); e
- Stage 03 "Non-performing"** - Posições com incumprimento efectivo (vencido acima de 90 dias).

O MicroBanco avalia, à data de cada balanço, se existem sinais objectivos de imparidade dos activos financeiros. Um activo financeiro é considerado afectado por imparidade caso haja sinais objectivos de perda de valor em resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do activo financeiro (um evento de perda) e essa ocorrência de perda tenha um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros que possa ser correctamente estimado.

Os sinais de imparidade podem incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está a passar por dificuldades financeiras significativas, incumprimento ou mora nos pagamentos do capital ou juros, a probabilidade de falência ou reestruturação financeira e quando dados observáveis indiquem que se verifica uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros estimados, tais como alterações dos valores em mora ou condições económicas correlacionadas com incumprimento.

#### 7.1.2.1. Cálculo da Perda Esperada

**Perda esperada:** é calculada (para ambos os 12 meses e perda total) em função da Exposição em Incumprimento (EAD); Probabilidade de Incumprimento (PD) e Perdas Decorrentes de Incumprimento (LGD). Estes termos são interpretados como segue pelas exigências de IFRS 9:

- Exposição em Incumprimento (EAD):** montante estimado em risco em caso de incumprimento (antes de qualquer recuperação) incluindo a expectativa comportamental do uso do limite por clientes nas várias fases do risco de crédito;
- Probabilidade de Incumprimento (PD):** é a probabilidade de incumprimento num dado momento, o qual pode ser calculado com base nas perdas possíveis de ocorrer dentro dos próximos 12 meses; ou no período em falta; dependendo do estágio de alocação do exposição;
- Perdas Decorrentes de Incumprimento (LGD):** é a diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos de caixa que são esperados receber descontados à taxa de juro efectiva na data de referência. Os fluxos de caixa esperados tomam em consideração fluxos de caixa da venda de colaterais detidos ou de outras garantias de crédito que sejam parte integrante dos termos contratuais, mas não exigem o conservadorismo deliberado exigido por exigências regulatórias.

#### 7.1.2.2. Colaterais

Para o cálculo das imparidades são igualmente considerados os colaterais, cujos valores, no caso de garantias de Hipotecas de imóveis habitacionais são reconhecidos a uma taxa de 100%, assim como quando se trata de Hipoteca de Edifício Comercial. Nas situações em que se recebem outras garantias, o reconhecimento é de 75% (é aplicado um haircut de 25% sobre o valor de mercado do bem).

#### 7.1.2.3. Cenários Macroeconómicos

O IFRS 9 exige a consideração de projeções razoáveis e documentadas de eventos futuros e condições económicas, à data de reporte das demonstrações financeiras, no cálculo das perdas de crédito esperadas. Esta informação macroeconómica prospectiva deverá permitir que as imparidades do MicroBanco se ajustem conforme o momento económico que o MicroBanco atravessa.

#### 7.1.3. Método usados para determinação Provisões Regulamentares

As provisões regulamentares mínimas da carteira de crédito são presumidas em função das directrizes emanadas no Aviso nº 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, que define as taxas a serem aplicadas tanto para os riscos gerais de crédito como para o crédito vencido e as provisões são calculadas de seguinte forma:

- Provisões para Riscos Gerais de Crédito - Incidem sobre o valor total do crédito, incluindo o representado por aceites, garantias e avals prestados, mas excluindo o crédito vencido;
- Provisões para Crédito Vencido - Incidem sobre o valor total dos créditos que estejam enquadrados nas classes de risco definidas no Artigo 6 do Aviso nº 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique.

A constituição das Provisões Regulamentares Mínimas para a cobertura do risco de crédito previsto no Aviso 16/GBM/2013 do Banco de Moçambique, é feita nos termos indicados naquele Aviso, e apenas para efeitos de relatórios prudenciais, designadamente a constituição dos Fundos Próprios e os Limites Prudenciais. O excesso de Provisões Regulamentares, incluindo os reforços efectuados por recomendação do Banco de Moçambique, relativamente à imparidade, nos termos do Artigo 20 do Aviso 14/GBM/2013, é deduzido do valor dos Fundos Próprios para efeitos de cálculo dos Rácios e Limites Prudenciais.

#### 7.1.4. Correção do Valor das Imparidade e Recuperações

A 31 de Dezembro de 2019, ocorreram os seguintes movimentos de imparidade com impacto na demonstração de resultados do Microbanco:

<i>Millhares de Metcais</i>			
<b>Quadro IV. Movimentos de Imparidade</b>	<b>Dec-19</b>	<b>Dez- 18</b>	
Saldo de abertura	666.28	50.01	
Ajustamento de transição para IFRS 9	-	175.72	
Imparidade de Exercício	787.80	490.57	
Utilizações/Regularizações	(666.28)	(50.01)	
<b>Total</b>	<b>787.80</b>	<b>666.28</b>	

#### 7.1.5. Política de Gestão de Risco de Concentração

De acordo com a Circular No 03/SCO/2013 do Banco de Moçambique, entende-se por risco de concentração de crédito a "uma exposição ou grupo de exposições em risco com potencial para produzir perdas de tal modo elevadas que coloquem em causa a solvabilidade da instituição de crédito ou a capacidade para manter as suas principais operações. O risco de concentração de crédito decorre da existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles factores imponha um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma daquelas contrapartes".

O processo de gestão de risco de concentração de crédito está incorporado no modelo de governação da gestão de risco e de capital do MicroBanco e envolve o Grupo Gestor de Riscos e Capital.

Para garantir uma gestão eficaz do risco de concentração, o MicroBanco tem em conta as seguintes etapas:

- Identificação** - identificação de riscos de concentração (exposição relevante);
- Avaliação** - avaliação da magnitude dos riscos identificados e o seu impacto com vista a que os mesmos sejam mitigados e reportados;
- Acompanhamento** - acompanhamento da evolução e o estado dos riscos avaliados, estabelecendo reportes externos (Cálculo dos Índices de Concentração Sectorial e Individual conforme o disposto na Circular nº 03/SCO/2013 de 31 de Dezembro do Banco de Moçambique) e internos;
- Controlo** - O controlo dos riscos identificados, através de procedimentos de mitigação.

A gestão de risco de concentração tem por base a definição de limites internos à exposição para com determinados tipos de contraparte e/ou tipo de crédito, em conformidade com o Aviso nº 09/GBM/2017, de 03 de Abril e Circular nº 03/SCO/2013, de 31 de Dezembro.

Periodicamente faz-se a monitoria e atualização destes limites em função da evolução das exposições e das condições do mercado. Para além dos limites internamente definidos, o MicroBanco controla ainda o seu risco de concentração através da observação dos limites a exposições significativas a uma contraparte individual/ grupo de contrapartes relacionadas.

Os requisitos de fundos próprios para risco de crédito são determinados através do método padrão simplificado, conforme estabelece o Aviso nº 3/GBM/2012 e o Aviso nº 11/GBM/2013.

#### 7.1.5.1. Factores de risco considerados na análise das correlações entre contrapartes

Para a análise das correlações entre as contrapartes são considerados pelo MicroBanco, em conformidade com o Aviso nº 9/GBM/2017 de 03 de Abril, do Banco de Moçambique, os seguintes factores de risco:

- Em relação a um só cliente não devem incorrer em riscos cujo valor, no seu conjunto, exceda 25% dos seus fundos próprios; e
- O valor agregado dos grandes riscos assumidos não deve exceder o óctuplo dos seus fundos próprios.

#### 7.2. Informação Quantitativa

No concernente ao cálculo de requisitos de capital para risco de crédito as posições em risco consideradas englobam posições activas, e estas posições estão associadas a:

- Créditos sobre clientes, aplicações e disponibilidades em instituições de crédito, Governo de Moçambique, entre outras rubricas.

Nesta secção, passamos a apresentar: (i) o total da exposição Bruta ao risco de crédito; (ii) a distribuição geográfica das exposições, desdobrada por contrapartes; (iii) a distribuição das exposições por sectores; (iv) o índice de concentração sectorial; e (v) o desdobramento da carteira de crédito com base nas maturidades contratuais residuais.

O quadro abaixo ilustra a exposição bruta ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2019:

<i>Millhares de Metcais</i>				
<b>Quadro V. Exposição Bruta ao Risco de Crédito</b>	<b>Dec-19</b>		<b>Dez- 18</b>	
	<b>Fim Período</b>	<b>Média do ano</b>	<b>Fim Período</b>	<b>Média do ano</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.14	1.04	3.22	2.31
Administrações Centrais e Banco Centrais	297.34	-	297.34	-
Instituições de Crédito	2,866.54	726.46	1,413.62	753.67
Carteira de Retalho Regulamentar	7,031.01	498.74	6,033.53	1,825.61
Créditos Vencidos	171.67	85.83	-	-
Outros Activos	572.62	153.83	880.29	46.41
<b>Total das Posições em Riscos Originais</b>	<b>10,940.32</b>	<b>1,465.91</b>	<b>8,628.00</b>	<b>2,627.99</b>

A 31 de Dezembro de 2019, o valor da Exposição Bruta ao Risco de Crédito-Líquida de correções e provisões, era de 10,940.32 milhares de metcais, um acréscimo de 17%, em relação a Dezembro de 2018.

O quadro abaixo ilustra a distribuição geográfica das exposições, desdobradas pelas principais classes de risco a 31 de Dezembro de 2019:

# RELATÓRIO DE DISCIPLINA DE MERCADO

## 31 de Dezembro de 2019

Quadro VI. Distribuição Geográfica das posições em risco pelas principais classes	Moçambique	
	Sul	Total
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.14	1.14
Administrações Centrais e Banco Centrais	297.34	297.34
Instituições de Crédito	2,866.54	2,866.54
Carteira de Retalho Regulamentar	7,031.01	7,031.01
Créditos Vencidos	171.67	171.67
Outros Activos	572.62	572.62
<b>Total das posições em Risco</b>	<b>10,940.32</b>	<b>10,940.32</b>

O quadro abaixo ilustra a distribuição Sectorial das exposições, por classe de risco a 31 de Dezembro de 2019:

Quadro VII. Distribuição Sectorial das Ex- posição por Classe de Risco	1-30 dias	31-90 dias	91-180 dias	181-360 dias	> 360 dias	Total
Outros Sectores	2,427.35	157.43	109.67	62.00	-	2,756.45
<b>Total</b>	<b>2,427.35</b>	<b>157.43</b>	<b>109.67</b>	<b>62.00</b>	<b>-</b>	<b>2,756.45</b>

O quadro abaixo ilustra os índices de Concentração Sectorial (ICS) das Exposições ao Risco de Crédito a 31 de Dezembro de 2019:

<i>Millhares de Metcais</i>					
Quadro VIII. Índice de Concentração Sectorial					
Código CAE	Sectores de Actividade Económica	Montante de exposição sobre o sector (X)	X*2	% relativamente ao montante de exposição total	
B	Indústrias Extractivas	801.73	642,777.58	11%	
G	Comércio e Reparação	909.94	827,998.79	13%	
H	Transporte e Armazenagem	252.79	63,900.90	4%	
I	Indústria de Turismo	300.00	90,000.00	4%	
J	Informação e Comunicações	312.07	97,389.34	4%	
K	Actividades Financeiras e de Seguros	759.60	576,990.94	11%	
M	Actividades de Consultoria, Técnica	2,358.20	5,561,110.07	33%	
O	Administração Pública e Segurança Social	61.42	3,772.82	1%	
Q	Actividade e Saúde e Acção Social	62.00	3,843.80	1%	
S	Outras Actividades e Serviços	1,352.46	1,829,137.96	19%	
U	Actividades dos Organismos Internacionais	32.46	1,053.77	0%	
<b>Total</b>		<b>7,202.68</b>	<b>9,697,975.97</b>	<b>100%</b>	
<b>Índice de Concentração Sectorial (ICS=EX*2/(EX)*2)</b>				<b>19%</b>	

Quadro IX. Índice de Concentração Individual				
Contraparte	Exposição (X)	X*2	% relativamente ao montante de exposição total	% Acumulada
Cliente 1	1,311.18	1,719,192.99	18%	18%
Cliente 2	619.98	384,380.02	9%	27%
Cliente 3	597.02	356,433.60	8%	35%
Cliente 4	536.01	287,304.34	7%	43%
Cliente 5	536.01	287,304.34	7%	50%
Cliente 6	450.00	202,500.00	6%	56%
Cliente 7	300.00	90,000.00	4%	60%
Cliente 8	280.44	78,646.99	4%	64%
Cliente 9	260.31	67,761.79	4%	68%
Cliente 10	190.94	36,459.86	3%	71%
Cliente 11	187.32	35,087.59	3%	73%
Cliente 12	155.74	24,256.35	2%	75%
Cliente 13	148.14	21,944.61	2%	77%
Cliente 14	146.90	21,580.29	2%	79%
Cliente 15	140.04	19,609.87	2%	81%
Cliente 16	135.79	18,439.41	2%	83%
Cliente 17	109.67	12,027.41	2%	85%
Cliente 18	107.03	11,456.46	1%	86%
Cliente 19	79.65	6,344.36	1%	87%
Cliente 20	78.27	6,125.59	1%	88%
Cliente 21	75.58	5,712.19	1%	89%
Cliente 22	69.15	4,781.67	1%	90%
Cliente 23	65.21	4,252.90	1%	91%
Cliente 24	62.00	3,843.80	1%	92%
Cliente 25	61.84	3,824.39	1%	93%
Cliente 26	61.42	3,772.82	1%	94%
Cliente 27	60.72	3,687.02	1%	95%
Cliente 28	59.78	3,573.98	1%	96%
Cliente 29	56.19	3,157.73	1%	96%
Cliente 30	52.48	2,754.33	1%	97%
Cliente 31	51.76	2,679.27	1%	98%
Cliente 32	39.12	1,530.15	1%	98%
Cliente 33	34.38	1,181.85	0%	99%
Cliente 34	33.06	1,092.95	0%	99%
Cliente 35	32.46	1,053.77	0%	100%
Cliente 36	10.53	110.87	0%	100%
Cliente 37	6.54	42.74	0%	100%
<b>Total</b>	<b>7,202.68</b>	<b>3,733,908.32</b>		
<b>Total da Exposição do MicroBanco (EY)</b>		<b>7,202.68</b>		
<b>Índice de Concentração Individual (ICI=[EY*2/(EX)*EY])</b>			<b>7%</b>	

## 8. Mitigação de risco de crédito

### 8.1. Informação Qualitativa

No âmbito do processo de concessão de crédito, o MicroBanco aplica técnicas de redução de risco de crédito, de acordo com o Anexo III - Técnicas de Mitigação do Risco de Crédito, do Aviso nº 11/GBM/2013 do Banco de Moçambique.

Na concessão de crédito são recebidas garantias reais que consiste na redução de risco de crédito em que a instituição de crédito tem o direito, em caso de incumprimento da contraparte ou da ocorrência de outros acontecimentos de crédito devidamente especificados, de liquidar, obter ou reter determinados activos de forma a reduzir o montante da posição em risco sobre a referida contraparte e garantias de natureza pessoal na qual a redução do risco de crédito que resulta de compromisso assumido por um terceiro de pagar um determinado montante em caso de incumprimento do mutuário ou da ocorrência de outros acontecimentos de crédito devidamente especificados.

Os principais tipos de garantias utilizadas pelo MicroBanco são:

- Garantias de natureza pessoal (Fianças e avals)
- Garantias reais (penhores financeiros e as hipotecas de imóveis e móveis);
- Penhor sobre os bens comerciais, como lojas, inventário e contas a receber;
- Garantias bancárias "on first demand" emitidas por bancos ou outras entidades;

Adicionalmente, como mitigador do risco de crédito o MicroBanco estabelece níveis de concentração de riscos aos maiores tomadores de crédito que são monitorizados constantemente e estes níveis de exposição são reportados ao Comité de risco e Compliance para a análise e decisão.

### 8.2. Informação Quantitativa

Os requisitos de fundos próprios para risco de crédito são determinados através do método padrão simplificado, conforme estabelece os Avisos nº 3/GBM/2012 e nº 11/GBM/2013, de 31 de Dezembro.

Esta metodologia consiste na segmentação das posições em risco originais pelas classes de risco definidas no Artigo 5 do Aviso acima mencionado.

O quadro seguinte resume a exposição total de cada classe de risco abrangida por garantias de crédito, com referência a 31 de Dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018 respectivamente, no âmbito do método Padrão.

<i>Millhares de Metcais</i>						
Quadro X. a Exposição em Risco com Garantias	Exposição Total (Crédito)	Dec-19				
		Exposições com Garantias				
		Hipoteca de Habitação	Hipoteca de Imóvel Comercial	Penhor de Equipamento	Garantia do estado	Total de exposições com garantias
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.14	-	-	-	-	-
Administrações Centrais e Banco Centrais	297.34	-	-	-	297.34	297.34
Instituições de Crédito	2,866.54	-	-	-	-	-
Carteira de Retalho Regulamentar	7,031.01	5,610.63	-	1,420.38	-	7,031.01
Créditos Vencidos	171.67	-	-	171.67	-	171.67
Outros Activos	572.62	-	-	-	-	-
<b>Total das posições em Risco</b>	<b>10,940.32</b>	<b>5,610.63</b>	<b>-</b>	<b>1,592.04</b>	<b>297.34</b>	<b>8,094.70</b>

Milhares de Meticais						
Quadro X. b Exposição em Risco com Garantias	Dec-18					
	Exposição Total (Crédito)	Exposições com Garantias				
		Hipoteca de Habitação	Hipoteca de Imóvel Comercial	Penhor de Equipamento	Garantia do estado	Total de exposições com garantias
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.22	-	-	-	-	-
Administrações Centrais e Banco Centrais	297.34	-	-	-	297.34	297.34
Instituições de Crédito	1,413.62	-	-	-	-	-
Carteira de Retalho Regularizamentar	6,033.53	799.95	1,652.53	3,581.05		6,033.53
Créditos Vencidos	-		-	-		-
Outros Activos	880.29		-			-
<b>Total das posições em Risco</b>	<b>8,628.00</b>		<b>1,652.53</b>	<b>3,581.05</b>	<b>297.34</b>	<b>6,925.55</b>